

CRÓNICA DO SENHOR QUE QUERIA SER REI

010

João de Gante, duque de Lencastre, foi, ao seu tempo, o homem mais poderoso da Inglaterra feudal. Marcou decisivamente o espaço da Cristandade ocidental, Portugal incluído, mas raramente é recordado

Textos de **Mário Bruno Pastor**
Investigador CITAR
- Universidade Católica Portuguesa

Esta é a história de João de Gante (1340-1399), John of Gaunt, terceiro filho do rei inglês Eduardo III a chegar à idade adulta. Referido assim, pouco dirá à generalidade dos portugueses, mas a familiaridade será maior se o referenciarmos como duque de Lencastre (Lancaster). Lencastre já é nome que surge nos nossos compêndios, por via da filha mais velha deste homem, Filipa, mulher de D. João I, de cujo ventre ramificou a segunda dinastia reinante de Portugal. João de Gante é, afinal, decisivo no caminho português: avô da geração que Camões apodou de "Íncrita", foi também obreiro da mais antiga aliança que se conhece.



O duque de Lencastre, em baixo, ao centro, figura central de uma complexa genealogia de poder



Retrato de Gante feito em finais do século XVI, talvez inspirado na efígie tumular do duque

Não foi só por herança que deteve imensos poder e influência, mas pela sua determinação e, também, pelo acaso. Quis ser rei mas nunca o foi, nem em Inglaterra nem em Leão e Castela, apesar de assim se ter intitulado, depois do segundo casamento com uma infanta castelhana. Por essa altura, interessou-se pelas políticas portuguesas. Acolheu em Londres João Fernandes Andeiro e negociou com D. Fernando e, depois, com D. João I um programa de alianças que viria a materializar-se no afamado, e ainda em vigor, Tratado de Windsor. Cunhou moeda na cidade do Porto, exibindo o seu nome como rei de Castela, e empreendeu ao lado do exército português uma invasão de Leão, chegando a disputar a chefia militar com Nuno Álvares Pereira.

Não foi rei, mas a sua descendência marcou a Europa do século XV: o filho mais velho foi o primeiro monarca inglês da dinastia de Lencastre, Henrique IV; o neto Duarte foi rei de Portugal; a infanta Isabel, também neta, foi a duquesa de Borgonha e condessa da Flandres que desafiou, segundo a tradição cavaleires-

ca, os reis de França, libertando os territórios flamengos do seu marido das obrigações de vassalagem a Paris; na Catalunha, o conde Pedro, condestável de Portugal e bisneto de Gante, foi o único senhor de Barcelona que conseguiu separar, por breve período, a Catalunha de Aragão, intitulando-se também rei.

O rasto de esquecimento que deixou é intrigante. A abadia de Saint-Bavón, onde nasceu e foi batizado, foi arrasada, 200 anos depois, pelas tropas imperiais de Carlos V. Nada sobrou, também, do seu luxuoso palácio ducal, o Savoy, nas margens do Tamisa, cujo nome ainda ecoa na toponímia londrina, pilhado e demolido durante a maior revolução popular jamais vista em Inglaterra. Até o túmulo deste homem, um exuberante mausoléu gótico na antiga catedral de São Paulo, foi inteiramente consumido pelas chamas do grande incêndio de Londres, em 1666. Não há, hoje, vestígios materiais da existência do duque de Lencastre, como que tornando literal o processo simbólico de esquecimento de João de Gante. De algum modo, aqui o resgatamos.

1

A EUROPA DE 1340

Gante é uma histórica e estratégica cidade da Flandres. Do domínio da Gália por Júlio César às guerras da primeira metade do século XX e à reconstrução europeia posterior, vai surgindo em momentos determinantes do percurso europeu. Assim foi janeiro de 1340. Eduardo III de Inglaterra, com a mulher, Filipa de Hainault, instalava ali a corte, na abadia de Saint-Bavón. Antes, promovendo um pesado embargo, fizera os flamengos expulsar para Paris o conde Luís I. Agora, com aliados na Holanda e no Brabante, o rei inglês cruzava a Mancha para se aproximar do seu novo inimigo, Filipe VI de Valois, rei de França. Inglaterra ameaçava ser uma potência europeia e começava a lançar cartas do lado continental.

Em 1337, afrontando uma velha reivindicação inglesa, Filipe confiscara o

domínio da Aquitânia, Guiena e Gasconha aos ingleses, integrando esse grande ducado atlântico na Coroa de França. Em Londres, o Parlamento autorizava Eduardo a guerrear a França e retomar a Aquitânia. Começava assim a Guerra dos Cem Anos, afinal um longo período com guerras intercaladas.

O problemático processo de sucessão em França, reino pulverizado em feudos poderosíssimos, levava ao poder, em 1328, a Casa de Valois, depondo os Capetos. E a nova dinastia exigiu de imediato que Eduardo III, detentor do ducado da Aquitânia, prestasse vassalagem a Filipe VI, cerimonial que Eduardo, então com 15 anos, teve de cumprir. Nesse tempo, o papado, ineditamente ausente de Roma desde 1309, estava instalado em Avinhão, mantendo uma proximidade natural aos reis de França. Era o princípio do que seria, em 1370, o Cisma do Ocidente.

Petrarca, Dante e Boccaccio marcavam um proto-Renascimento brilhante. Florença, Génova, Veneza e Milão floresciam com o comércio no Oriente. Todavia, silenciosa, a peste negra chegava aos portos das repúblicas italianas, e a pandemia viria a comprometer definitivamente todo o século XIV. No centro da Europa, o Sacro Império Romano Germânico do Ocidente distendia-se a partir de Viena e assegurava a prosperidade hanseática a norte. A sul, os bizantinos, que comemoravam os mil anos da fundação de Constantinopla, travavam os otomanos, instalados já no sul do Bósforo.

Na Península Ibérica, o quadro geopolítico era também peculiar. Havia cinco reinos: a ocidente, com as fronteiras definidas pelo Tratado de Alcanices, Portugal era estável; no grande centro, Castela, que controlava Leão e a Galiza; no Nordeste, dominando a estratégica passagem dos Pirenéus, Navarra; as vertentes oriental e mediterrânica de Valência e Catalunha encontravam-se unidas num só reino, o de Aragão; no Sul, o reduto muçulmano do reino de Granada, que perdera Sevilha em 1248, ostentava os últimos minaretes da Península.

Enquadramento de casta

É uma pequena peça deste tabuleiro que nos interessa. Em março de 1340, em Saint-Bavón, a rainha Filipa dava à luz o quarto filho, John. Segundo a lenda, o fundador da dinastia Plantagene-

Batalha de Sluys
(miniatura sec. XIV,
crónica de Froissart)

Armas de Gante (vitrail).

A flor de lis traduz as
aspirações em França.



ta, Godofredo de Anjou, usava no chapéu um ramo de giesta, e daí teria nascido o apelido dinástico. Porém, os descendentes de Godofredo, incluindo os reis ingleses, não se designavam Plantagenetas. As crianças eram nomeadas segundo a velha tradição de acrescentar ao nome o local de nascimento: o primogénito de Eduardo III era Eduardo de Woodstock, príncipe de Gales, o "Príncipe Negro", e os restantes eram Leonel de Antuérpia, Edmundo de Langley e Tomás de Woodstock.

Quando João de Gante nasceu, o pai estava em Londres, organizando uma armada que lhe permitisse manter a hegemonia naval na Mancha: logo em junho de 1340, a vitória sobre a armada francesa na Batalha de Sluys marcou a vantagem inglesa no início da Guerra dos Cem Anos. Logo depois, Eduardo avançou para o continente, dando início à campanha terrestre. É nesse contexto, de volta à Flandres, que o bebé João de Gante é apresentado ao pai. A campanha militar foi curta, culminando na Trégua de Espléchin. Levado para Londres, o bebé foi apresentado às cortes de Westminster, que funcionavam regularmente desde a outorga da Magna Carta. No ano seguinte, com dois anos, era nomeado conde de Richmond, o primeiro de muitos títulos.

A divisão social, na rígida estrutura medieval, não dependia só de títulos e propriedades. A chamada cultura de cavalaria estava em franco ressurgimento, e Eduardo III refundara, segundo os seus termos, a Nova Ordem da Távola Redonda, de inspiração arturiana. Os príncipes eram cedo lançados no universo castrense (disciplina e técnicas de chefia) e chegavam a ser expostos às batalhas. Aos seis anos, Gante assistiu, no campo da batalha de Neville's Cross, em 1346, à vitória do pai e do irmão mais velho, que capturaram David II, rei dos derrotados escoceses. Em seguida, o rei e o príncipe Eduardo viajaram para o continente e, em menos de um ano, tomaram Calais, a porta de entrada do Canal da Mancha para França, que viria a ser controlada pelos ingleses durante mais de 200 anos.

O batismo de combate de João, com apenas 10 anos, foi na primeira tentativa castelhana de invasão naval de Inglaterra. Enquanto aliada de França, Castela não evitara a vitória inglesa de Sluys e a queda de Calais. Os navios in-



gleses atuavam livremente não só no Canal, mas nas próprias costas da Guiana e Aquitânia, no Golfo da Biscaia e até no litoral galego. Para contrariar o domínio inglês, Don Carlos de la Cerda, almirante de Castela, preparou uma armada de cerca de 50 cocas de guerra (espécie de grande galé bojuda) para lançar um ataque definitivo, junto a Sussex. Alertados, os ingleses concentraram toda a sua armada. O próprio Eduardo III estava a bordo do navio real, a "Thomas", mas os filhos Eduardo e João estavam a bordo de outra embarcação. Era um luminoso de agosto, e o ambiente, a bordo da "Thomas", era festivo (dias antes, no Loire, o inimigo de Inglaterra, Filipe VI de França, morrera de doença fulminante). O ambien-

te mudou mal surgiram no horizonte os primeiros pavilhões de Castela, e o combate durou todo o dia. A armada inglesa perdeu a própria "Thomas" (o rei foi transferido para outro navio), e o seu maior vaso, a "La Sale du Roi", chegou a ser assaltado e rebocado por uma nave castelhana, mas o triunfo foi inglês. Durante os combates, a coca que levava o Príncipe Negro e o seu irmão sofreu duros ataques e naufragou, sendo Eduardo (20 anos) e João (10) recolhidos pela embarcação de Henrique de Grosmont, conde de Lencastre, que veio a ser, nove anos depois, sogro de Gante. Em 1351, Eduardo III concedia a Lorde Henrique de Grosmont o título de primeiro duque de Lencastre. O triunfo de Winchelsea representa a

confirmação do poderio naval inglês no início da Guerra dos Cem Anos. Um domínio efêmero.

Em 1355, João de Gante acompanhou o pai e o agora duque Henrique ao continente, desembarcando em Calais, e foi integrado numa força expedicionária, comandada pelo próprio rei, ao território francês de João II, o Bom, sucessor de Filipe. Nas proximidades de Picardy o grupo foi atacado por uma força francesa. Após a escaramuça, ganha pelos ingleses, João de Gante foi ordenado cavaleiro. No ano seguinte houve conflitos na Escócia, importantes aqui enquanto rastilho de uma nova alteração em França. Um salvo-conduto dado pelo rei ao conde de Douglas, para poder visitar em Londres o rei es-



cocês, David Bruce, ali cativo, permitiu àquele escapar para França com um grupo de escoceses fiéis e oferecer lealdade a João II, incentivando o avanço das hostes francesas para as fronteiras da Normandia e da Aquitânia, em ameaça à presença inglesa.

Enviado para França para garantir a integridade da Aquitânia, o Príncipe Negro protagonizou diversos episódios bélicos, até iniciar, no final do verão de 1356, um ataque rápido de *chevauchées*, ou *fossado*, pelo interior da França. A campanha culminou nas imediações de Poitiers, a 19 de setembro, quando o exército do príncipe Eduardo se encontrou com o do rei francês. Dos combates desse dia, de que há relatos pormenorizados e nos quais foi preponderante o poder dos arqueiros ingleses, resultou a derrota francesa. João II, o Bom, retirou um dos anéis dos dedos e ofereceu-o a um subalterno inglês, pedindo-lhe para falar com o Príncipe Negro, seu primo, e apresentar a rendição. O filho mais velho do rei, o Delfim Carlos (futuro Carlos V) conseguiu escapar à captura, re-

gressando a Paris, ficando como regente de uma França decapitada e algo desmoralizada.

As notícias de vitória terão chegado relativamente cedo a Inglaterra. Porém, só na primavera do ano seguinte, 1357, é que em Londres João de Gante e Eduardo III assistiram solenemente à marcha triunfante do Príncipe Negro. À frente dele, desarmados, caminhavam João II de França e o seu filho Filipe, prisioneiros de Inglaterra.

Primeiro casamento

Depois de Poitiers, os cativos João II e o seu filho foram instalados numa prisão de luxo, nada menos do que o melhor palácio de Londres, o Savoy, residência de Henrique de Grosmont que viria a pertencer ao próprio João de Gante. Ali, o primeiro duque de Lencastre organizava grandes e ostensivas festas, frequentadas não só pelos seus reais hóspedes prisioneiros, como pela própria realeza inglesa. Gante era assíduo. Em 1357, passou lá o dia de Natal, conhecendo então um dos seus mais próximos amigos, Geoffrey Chaucer, o

poeta, nessa altura também adolescente. Cerca de 30 anos depois, Chaucer comporia os "Contos de Cantuária", uma coletânea satírica e picaresca que encetou, de algum modo, a moderna literatura inglesa.

No Savoy, as duas filhas do duque haviam sido apresentadas à sociedade: Matilde e a jovem Branca de Lencastre. Em 1359, ao fazer 14 anos, Branca foi escolhida para casar com João de Gante, o que sucedeu a 19 de maio desse ano. Este matrimônio foi a gênese do processo que levaria João a ser duque de Lencastre, o maior proprietário de Inglaterra e a figura política mais predominante, a seguir ao rei. Branca viria a ser a mãe da rainha de Portugal Filipa de Lencastre.

Reims e trégua de Brétigny

Após Poitiers, a posição política de França ficara fragilizada. A regência do Delfim, algo inseguro, assistira, em 1358, ao primeiro grande movimento de revolta popular contra os abusos feudais: a *lacquerie*, de que resultaram pressões reformistas que fragilizaram



os velhos senhorios feudais.

Percebendo que era o momento certo para desferir um golpe fatal sobre França, Eduardo III organizou nova expedição ao continente, desembarcando em Calais, em outubro de 1359. O objetivo era tomar Reims e a sua catedral, palco da tradicional coroação e unção dos reis de França. Eduardo, príncipe de Gales, Leonel de Antuérpia, João de Gante e mesmo o jovem Edmundo de Langley, os quatro príncipes adultos de Inglaterra, acompanharam a expedição.

A marcha até Reims foi, de certo modo, pacífica. O cronista Froissart pinta um cenário de fanfarras, com os estandartes de São Jorge, empunhados pela cavalaria, marchando pelo interior de França. O cenário real, porém, não terá sido tão operático. Reims era, como qualquer grande cidade de França, um burgo eficazmente muralhado. Eduardo III sabia que não seria fácil, e a sua presença nas linhas da frente destinava-se a levar os poderes franceses a encetarem um processo de negociação, ou mesmo trégua, que per-

Várias representações do rei de Inglaterra Eduardo III Plantageneta, pai de Gante

mitisse aos ingleses assegurar a integridade dos seus domínios na Bretanha e na Aquitânia. O cerco de Reims durou vários meses, sem resultados negociais visíveis. Eduardo chegou a tentar abrir uma segunda frente, em direção a Paris, chegando a assediar a cidade, mas sem efeitos militares. O Delfim recusava-se a defrontar os ingleses em campo aberto e mantinha as cidades sitiadas em absoluta resistência, sem revelar qualquer indício de querer negociar. Assim, o ônus do desgaste caía não sobre as cidades cercadas, mas sobre os sitiados. Pela estratégia do Delfim pagavam as populações rurais, vítimas da política de terra queimada dos ingleses. Sem progressos, Eduardo II insistiu no cerco de Reims, esperando que a primavera desse condições para avançar sobre a cidade. Mas não. Na segunda-feira de Páscoa de 1360 ("Black Monday"), uma terrível tempestade assolou o território, destruindo os acampamentos ingleses e arrasando o moral das tropas. Isso levou Eduardo III a abrir uma via de diálogo com o Delfim. Não esqueçamos que o rei de França, João II, permanecia cativo em Londres. Pelo Tratado de Brétigny: Eduardo renunciava à coroa de França e Carlos garantia-lhe a Bretanha e a Aquitânia.

Carlos comprometeu-se ainda a pagar o resgate do pai, substancialmente reduzido. Para o fazer, o Delfim mandou bater os primeiros francos de ouro, aquela que viria a ser a mais famosa unidade monetária francesa. João II acabaria por regressar a Paris e ratificar a trégua, ainda em 1360. Contudo, haveria de voltar voluntariamente para o Savoy, como pagamento de honra dos incumprimentos dos filhos. A Guerra dos Cem Anos estava em pausa.

Duque de Lencastre

Só muito dificilmente podemos considerar a campanha de 1359-60 um sucesso inglês, não obstante Eduardo III ter sido recebido como vitorioso em Londres. O príncipe de Gales ficara na Aquitânia e Leonel de Antuérpia partira para Dublin, onde fora feito governador. João de Gante e o irmão Edmundo também regressaram a Inglaterra. Gante era, pela primeira vez, o príncipe mais velho na corte do pai, por isso sendo chamado a exercer a sua primeira função política em Westminster,

ainda em 1360. Semanas depois do encerramento das cortes, em março de 1361, Grosmont, duque de Lencastre, morria no seu castelo de Leicester, coincidentemente com a entrada em Inglaterra de um novo surto de peste. O ducado foi dividido em duas partes: uma para a filha mais velha, Matilde, e outra para Branca, ficando como titular o seu marido, João de Gante.

Na primavera do ano seguinte, Matilde, à época casada com o duque da Baviera, regressara a Londres para reclamar a sua parcela do legado do pai, mas a peste negra voltava a eclodir, ceifando milhares de vidas, entre as quais a da própria Matilde. Assim, Branca e João de Gante herdaram todo o restante património dos Lencastre. A sequência de eventos que levaram Gante a assumir o ducado foi posteriormente questionada pela crónica de Walsingham, que levantou as primeiras suspeitas sobre o envolvimento dele na morte da cunhada. Suspeitas que viriam a criar, anos depois, a imagem popular de um homem implacável, que não olhava a meios.

Em novembro, Gante foi reconhecido, pelo Parlamento e pelo rei, como segundo duque de Lencastre. Era ainda conde de Derby, Lincoln e Leicester, bem como mordomo-mor do reino. Em dois anos, Gante tornara-se o senhor mais poderoso de Inglaterra.

Vida pública

Instalado definitivamente no Savoy, o novo duque apurou o gosto pela ostentação, uma vaidade desenfreada que, a par da perceção pública da forma como adquirira o poder, lhe haveria de trazer amargas consequências. Em Windsor, a corte do rei era também opulenta. Contudo, era no Savoy, bem no coração de Londres, que as grandes receções ocorriam. Ali foram recebidos reis como Valdemar III da Dinamarca, Pedro de Luisignan, rei de Chipre, e mesmo David II da Escócia, que se via forçado, por incumprimento do pagamento do seu resgate, a regressar ciclicamente a Londres. Em 1364, também por incumprimento no pagamento do resgate, o rei francês João II entregava-se aos captivos ingleses, instalando-se no Savoy. Ai morreu, nesse mesmo ano.

Chaucer era outro frequentador do Savoy, assim como o cronista Jean Froissart, hoje fonte essencial para o estudo deste período. Mas, de todas as

personalidades influentes que se reuniram na órbita do duque de Lencastre, durante a trégua de Brétigny, destaca-se um clérigo ido de Oxford para servir como capelão real em Londres, com fama de reformista e denunciador dos luxos e da simonia que os papas, em Avinhão, haviam sobreposto aos princípios singelos do cristianismo. Era John Wycliffe, aquele que traduziria pela primeira vez, em 1383, a Vulgata do latim para o inglês. Um protoprotetante, se é permitido o termo, que desafiou os princípios e os vícios das hierarquias católicas. Naquele momento, Wycliffe não só era escutado como era útil para alicerçar a posição desafiadora de Inglaterra face a França e Avinhão.

Gante ficou muito próximo deste clérigo, tornando-se o seu principal protetor. Havia ali uma gestão de interesses mútuos: de natureza política para Gante e, em troca, segurança e influência para Wycliffe. Certo é que, assim que Wycliffe, inevitavelmente, começou a ser acusado de heresia, já na década de 1370, o duque foi arrastado. Mas Gante nunca o abandonou. Quando o religioso foi preso e obrigado a responder perante o bispo de Londres, esteve lá, com alto custo pessoal, para o defender. E foi sob a proteção do duque que Wycliffe morreu, em 1384. Só em 1415, 16 anos após a morte de João de Gante, é que a Igreja Católica condenou formalmente Wycliffe, exumando as ossadas e queimando-as em ato público.



Eduardo de Woodstock, o Príncipe Negro

Batalha de Nájera, a 3 de abril de 1367, com o duque de Lencastre representado à esquerda

2

A IBÉRIA NO HORIZONTE

O **Tratado** de Brétigny permitira uma trégua, mas o espectro da guerra persistiu. As tensões continentais mantiveram-se em França, mas também na Península Ibérica. No centro das tensões estavam as questões dinásticas e as suas ramificações legalistas e religiosas. Em Castela, a disputa do trono surgiu ciclicamente desde a morte de Afonso XI, em 1350, deixando uma descendência complexa. Do casamento oficial gerara Pedro I, aclamado depois rei de Castela. Mas era ainda pai de uma longa prole ilegítima. Entre os bastardos estavam os gémeos Henrique, conde de Trastámara, e Fadrique Afonso, mestre da Ordem de Santiago, mais velhos do que Pedro.

Henrique, apoiado por Fadrique, quis desde logo reclamar o trono, mas Pedro, depois cognominado "Cruel", foi eliminando a oposição, no campo de batalha e em pérfidos jogos de trai-



ção e assassinio. Em 1365, após breve passagem por Aragão, Henrique estava exilado em França, na corte do agora rei Carlos V. Em Avinhão, o papa Urbano V excomungara Pedro de Castela, que recusara obedecer-lhe. Influenciado pelo papa, mas relutante, o rei francês reuniu um exército para apoiar Henrique, com a presença Bertrand du Guesclin, futuro condestável. Com apoio aragonês, Henrique entrou em Barcelona, a 1 de janeiro de 1366. Em seguida, avançou para Castela, em direção a Burgos, onde o meio-irmão se acoitara. Em Calahorra, durante a marcha, Henrique haveria de ser aclamado rei de Castela, como Henrique II.

Incapaz de defender Burgos, Pedro escapou e refugiou-se em Sevilha. Castela dividia-se: um rei em Burgos, outro em Sevilha, este aparentemente sem aliados ou via para escapar. Pedro

de Castela apelou ao auxílio do rei de Portugal, também Pedro, seu tio. O monarca português não deu ajuda militar, mas permitiu que o sobrinho cruzasse o reino rumo à Galiza, que lhe era leal. Ao deixar Sevilha, o rei castelhano embarcou o tesouro da coroa, mas, antes de a armada passar a barra do Guadalquivir, o almirante genovês Gil Boccanegra traiu Pedro, desviou o navio que transportava o tesouro e entregou depois o saque a Henrique II. Boccanegra acabou executado por Pedro I, em 1367, após a batalha de Nájera.

Chegado à Galiza com o seu alferes, Fernando de Castro, conde de Lemos (irmão de Inês e Joana de Castro), o "Cruel" mandou executar o arcebispo de Compostela, suspeito de simpatias com a causa de Trastámara, e subiu à Corunha, onde embarcou para a Aquitânia. Aí, enviou emissários a Bordéus,

para fazerem um apelo de aliança a Eduardo, príncipe de Gales. Reunido o Parlamento de Bordéus, a que João de Gante assistiu, o Príncipe Negro atendeu ao pedido. As suas pretensões coincidiam com a posição inglesa sobre o papado de Avinhão e evitavam que um aliado de França, Henrique II, reinasse em Castela. Era uma oportunidade para enfraquecer Carlos V, sem hipotecar a trégua de Brétigny. Pedro comprometeu-se a pagar a ajuda.

Terão sido reunidos 40 mil homens para combater o Trastámara. O ouro para soldos, subornos e franquias através do Reino de Navarra foi conseguido, pelo Príncipe Negro, fustigando com impostos os camponeses aquitanos e bretões. Em fevereiro de 1367, João de Gante cruzou os Pirenéus, e todo o contingente invasor concentrou-se em Pamplona. Do outro lado do Ebro, Henrique

também movimentava as suas tropas. Em março, perto de Vitória, houve um recontro entre as tropas de Trastámara e um grupo liderado por Gante, que o duque de Lencastre conseguiu rechaçar. Só que, depois, o grupo fiel a Henrique, liderado por Telo Afonso, cruzou-se com um grupo de reconhecimento que Gante enviara para sul, às ordens de Thomas Felton. Num combate rápido, perto de Ariñez, os ingleses foram dizimados. O lugar ainda é chamado Inglesmendi (o monte dos ingleses, em basco).

Então, a campanha entrou num impasse. Avançamos, pois, até 3 de abril de 1367, quando o exército invasor, liderado pelo Príncipe Negro e por Pedro I, que rumava a Burgos, se confrontou com o de Henrique Trastámara, aguardando no vale de Nájera, a leste de Logroño. Henrique dispunha da vantagem de ter já as fileiras dispostas, esperando o príncipe de Gales. A vanguarda inglesa, comandada por Gante, auxiliado por John Chandos, apeou e dispensou os cavalos. Atrás, o corpo central do exército, flanqueado por arceiros, era comandado pelo Príncipe Negro, por Pedro I e por Thomas Percy.

Não cabe aqui a descrição pormenorizada da batalha, mas a vantagem de Trastámara de nada serviu. Usada pela primeira vez em território castelhano, a tempestade das flechas inglesas, aliada ao fracasso da cavalaria de Henrique II, foi determinante para o desenlace, acabando o confronto com Henrique a bater em retirada. Os ingleses empurraram o inimigo até às margens do Najarilla, pequeno afluente do Ebro, e o afundamento de uma ponte gótica, que ainda existe, foi fatal. Obstruída a travessia pela infantaria, a cavalaria, atrás, não podia passar. Muitos lançaram-se à água, os que não o fizeram foram capturados ou massacrados. Pedro I matou com as próprias mãos alguns dos seus antigos cavaleiros que combatiam agora por Henrique II. A 2 de maio, Pedro era reclamado rei de Castela na catedral de Burgos.

Ainda que militarmente a campanha tenha sido um sucesso, o resultado geral não foi brilhante. O rei não honrou a dívida ao Príncipe Negro. Mais do que isso, exigiu que Eduardo lhe entregasse todos os nobres castelhanos que capturara. O Cruel queria vingança.

No fim de muitas contas, o Príncipe Negro terá percebido a mensagem: aquela guerra não tinha sido dele, nem de Inglaterra, nem de França. O seu pa-

pel fora, em última análise, o de um mercenário ao serviço de um senhor que até o soldo lhe devia. Ainda em Burgos, o exército inglês, por falta de pagamento, começara a amotinar-se, pilhando a cidade e desequilibrando o frágil apoio popular de Pedro. Ainda por cima, a saúde do príncipe de Gales deteriorara-se com um surto de disenteria, o primeiro episódio da doença que o mataria uma década depois.

Quanto a Henrique, voltou a exilar-se em França, onde recebeu apoio de Carlos V. Como no ano anterior, o exílio seria curto. E seria o último.

Portugal entra nas contas

Faltava perceber a posição de Portugal. No início de 1367, D. Fernando tornara-se rei, e o seu governo seguia atentamente o quadro internacional. Após a política de neutralidade que D. Pedro I (de Portugal) mantivera face aos conflitos em Castela e na Europa, o filho compreendeu que tal posição não podia durar. Em março, havendo incerteza quanto à campanha do Príncipe Negro, mandou restaurar todas as fortificações do reino, reforçar a provisão de armas e recensear toda a população masculina. O governo do rei sabia que a guerra estava latente e facilmente poderia chegar ao território nacional.

A vitória de Pedro I, o Cruel, e dos ingleses em Nájera adiou o problema de Portugal, mas não afastou a ameaça. Henrique de Trastámara voltou a invadir a Península em janeiro de 1368. Com facilidade, conseguiu que as cidades de Leão e Oviedo o reconhecessem como rei. O próprio rei de Navarra, que no ano anterior militara ao lado de Pedro I, assediava agora Logroño e Vitória, que viriam a cair, declarando-se fiéis a Trastámara.

No Norte, só a Galiza manteve lealdade a Pedro I, de novo refugiado em Sevilha, sem apoios além dos do Reino de Granada. Isolado, restava-lhe assistir à perda de todas as suas cidades. Em fevereiro de 1369, Toledo era a última praça da velha Castela a resistir, mas acabou por cair. Então, Pedro I deixou Sevilha. Marchou com o seu parco exército em direção à Mancha, onde confrontou o exército do meio-irmão em Montiel. Facilmente, Henrique II derrotou Pedro. Este fugiu para o castelo de Montiel e foi capturado. Na tenda de campanha onde os irmãos se encontraram para assinar a paz, Pedro foi

manietado por Du Guesclain, e Henrique matou-o com as próprias mãos.

Dias depois, em Évora, D. Fernando, sobrinho-neto do "Cruel" e neto do rei Sancho IV, reivindicava o trono de Castela. Várias cidades da Galiza aclamaram-no. Começava a primeira das duas guerras fernandinas contra Henrique II. D. Fernando não imaginava que seria, como Pedro I em Castela, o último monarca da Casa de Borgonha a reinar em Portugal, não sem antes se envolver numa terceira e última guerra, contra o sucessor de Henrique II, João I.

Declínio e pretensões

No lado inglês, os tempos também eram de mudança. Gante voltara a Londres, no outono de 1367, e no ano seguinte não aparece envolvido em atividades políticas. Em 1368, a duquesa Branca morreu. O próprio Leonel de Antuérpia, irmão do duque, também morreu meses depois, em Itália, eventualmente envenenado.

As grandes mudanças começavam a surgir na Aquitânia. Percebendo que nunca recuperaria os empréstimos feitos a Pedro de Castela, o príncipe de Gales regressou à política de sempre: subir impostos na Bretanha e na Aquitânia e renegociar os resgates dos nobres cativos. Face aos aumentos fiscais, a reação deixou de ser só popular. Também descontentes, os nobres gascões seus aliados, reunindo outros terratenentes, abandonaram-no, oferecendo lealdade ao rei de França. Em Bordéus, a notícia enfureceu o príncipe: em Paris, houve festa. O conselho de Carlos V, então, convocou o Príncipe Negro para prestar vassalagem ao rei, de quem era súbdito, enquanto senhor da Aquitânia. Resposta do inglês: iria a Paris, sim, mas levaria na cabeça o seu elmo e, atrás, 60 mil homens armados. Carlos recebeu a resposta e limitou-se a aguardar. As cláusulas de Brétigny haviam sido desconsideradas, a guerra regressaria.

Em Londres, Eduardo III voltava a intitular-se rei de França. Uma nova armada foi preparada para invadir França, mas Carlos V estava preparado. Se no Canal, em termos navais, Winchelsea levava a um período de domínio inglês, a paz de Brétigny alterara o cenário. A armada inglesa foi-se tornando obsoleta; e França preparava-se para dominar o Canal. Carlos V nomeara Armoury de Narbonne almirante de França e encarregara Jean de Vienne



de preparar a armada. Este viria a ser o seguinte almirante de França e um dos mais vitoriosos capitães navais da Guerra dos Cem Anos. E a aliança com Trastâmara levava para o mar, do lado francês, a forte presença castelhana.

Calais continuava sob domínio inglês e foi lá que, em junho de 1369, os primeiros contingentes de Eduardo III desembarcaram para recomeçar a guerra, liderados pelo duque de Lancastre, supostamente para defender a cidade do exército do duque de Borgonha, Filipe, o Calvo. Esse foi, porém, o início de um desgastante jogo do gato e do rato. Filipe evitava sempre o confronto, e Gante acabou por regressar a Inglaterra. Carlos V, vendo o duque de Lancastre partir e confirmando que o Príncipe Negro nunca estivera em condições de cumprir a ameaça de ataque, declarou, a 30 de novembro, que a Aquitânia estava confiscada em seu

Pedro I (esquerda) e Henrique II (Trastâmara), irmãos que lutaram pelo trono de Castela e Leão até o segundo matar o primeiro

nome. A Inglaterra perdia fôlego.

Encurralados na Aquitânia

No fim de 1369, o ambiente de luto no Savoy (Gante perdera a mulher e a mãe) adensava-se. Chaucer captava a atmosfera lúgubre através da sua personagem gótica, *Man in Black*, o cavaleiro despojado que chora as suas perdas. Para defender Calais, Eduardo III enviou Robert Knolles, um dos mais caros e cruéis mercenários ao seu serviço. Em 1358, Knolles, que se estabelecera em França, controlava cerca de 40 castelos no Loire e era temido pelas populações francesas. Pilhagem, terror, destruição. Chegou a ameaçar Avinhão e o papa. As terras devoradas pelas labaredas pontiagudas dos incêndios eram conhecidas por "Knolly's mitres" (as mitras de Knolly). Dizia-se que os camponeses preferiam lançar-se aos rios a cair-lhe nas mãos. Em

1370, Knolles chegou a alcançar as portas de Paris, mas não ousou atacar. Sem o saber, jogava o jogo de Carlos V: embrenhava-se no interior de França, sem encontrar um exército que o enfrentasse, mas desgastando os seus homens.

A guerra era só de desgaste, não havendo tomada de territórios. Para agravar a posição inglesa, Du Guesclin regressara de Castela e organizava a ofensiva francesa. Pouco a pouco, as cidades da Aquitânia caíam nas mãos de Carlos V. Recuado em Bordéus, o Príncipe Negro, fragilizado pela situação e pela doença, parecia perder o controlo. João de Gante chegou então a Bordéus, não só para auxiliar o irmão, mas para tomar o comando. Para evitar o caos, revogou os impostos sobre a Aquitânia, mas era demasiado tarde. Em agosto, Limoges entregava-se a Carlos V. Confinado a uma liteira, o Príncipe Negro empreendeu uma última ação de força para recuperar a cidade, que era defendida por altas muralhas e tinha já canhões rudimentares. Tudo dava a entender que o bloqueio seria longo e inconclusivo, mas, por iniciativa de Gante, os ingleses escavaram um túnel para atingir as fundações da muralha, conseguindo fazer ruir uma larga secção e invadindo a cidade.

Eduardo foi inclemente. Deu ordem para arrasar tudo e punir a população. Debalde, Gante apelou à moderação. Estima-se que o Príncipe Negro terá mandado executar mais de três mil pessoas, homens, mulheres e crianças. Eduardo ainda regressou a Bordéus, onde viu morrer, dias depois, o seu primogénito de cinco anos. Em outubro, nomeou Lencastre seu representante na Aquitânia e voltou para Inglaterra com a mulher, Joana de Kent, e o filho sobrevivente, Ricardo de Bordéus.

Primeira aliança com Portugal

Em finais de 1371, Gante viu-se confinado a defender o território a partir de Bordéus, sem apoio das elites locais e com os cofres vazios. Ainda em dezembro, dia 4, o exército de Du Guesclin derrotava as tropas de Robert Knolles. Durante o ano seguinte, o duque de Lencastre não poupou esforços para salvar as fronteiras da Aquitânia, mas sem resultados: França haveria de conquistar toda a região em 1373. Exausto, sem compromisso com o território, o duque de Lencastre pediu dispensa do comando da Aquitânia em



julho, deixando a região a cargo de Thomas Felton e Jean de Grailly, capitão de Bush. Esta resignação, muito mal recebida em Londres, condicionaria a restante carreira política do duque.

Antes de voltar para Inglaterra, Gante permaneceu uns meses em Bordéus, onde persistia uma pequena corte deixada pelo irmão. Lá viviam, desde 1367, as duas filhas sobreviventes de Pedro I, o Cruel, Constança e Isabel. Constança, representante mais velha da dinastia castelhana de Borgonha, reclamava o direito à Coroa. De referir que, depois do Tratado de Alcútem (março de 1371), D. Fernando havia abandonado a pretensão ao trono castelhano. Viúvo e liberto da causa do irmão, Gante via um novo caminho para as suas ambições: em setembro de 1371 casou-se com Constança, assumindo o título nominal de rei de Leão e Castela.

lá como "*monseigneur d'Espagne*", acompanhado de uma estranha comitiva de senhores e damas exilados, ostentando os leões e as torres douradas de

Castela, Lencastre e Constança desembarcaram em Plymouth, seguindo para Londres. Na chegada do duque ao Savoy nem a corte, nem o Parlamento, nem Eduardo III pareceram empolgados com as novas pretensões. Porém, ser inimigo de Henrique de Trastâmara significava continuar a combater a França. Por isso, a questão ibérica voltou a ser uma prioridade inglesa. Gante, em função da sua reivindicação ao trono de Castela, seria o executor desta nova frente.

A questão marítima era central, e um elemento poderia equilibrar as forças navais para o lado inglês: Portugal. Desde o início do século XIV, havia uma aposta portuguesa no mar, não só pelo comércio, feito com o custo individual dos mercadores, mas também pela construção de uma armada de guerra. Tanto Fernão Lopes como Ayala dão uma ideia da armada que D. Fernando enviou para Sevilha, em 1370, para bloquear o Guadalquivir. Ainda



Tagilde (Vizela): lápide evocativa do primeiro tratado de aliança entre Portugal e Inglaterra

que os números dos cronistas não sejam condizentes, falamos de uma estimativa entre as 16 e as 28 galés e cocas de guerra, e as 24 a 30 naus menores. Em qualquer dos casos, uma armada suficiente para tomar e destruir Cádiz. Na realidade, a armada de Henrique, nessa altura, apresentava apenas 20 galés. Os navios portugueses eram um poderoso ativo para os ingleses.

Entretanto, na primavera de 1372, uma frota inglesa, que levava reforços e 20 mil libras para pagar soldos na Aquitânia, foi neutralizada e pilhada, junto a La Rochelle, pelos castelhanos. A situação grave nas costas da Biscala, Bretanha e em La Rochelle levou Gante a sondar a sensibilidade portuguesa, primeiro em Londres, junto de João Fernandes Andeiro, procurador de D. Fernando em Inglaterra, e, depois, enviando para Portugal uma delegação liderada por Roger Hoor, com o próprio Andeiro. A missão era preparar um pacto de aliança e amizade entre Gan-

te e D. Fernando. O tratado foi assinado em Tagilde (Vizela), a 10 de julho de 1372. Hoor, em nome de Gante, acordava não levantar armas contra Portugal e auxiliar, perpetuamente, o aliado contra Castela, Aragão e demais inimigos. D. Fernando retribuía os votos.

Não obstante o acordo, La Rochelle acabaria por se render aos franceses a 15 de agosto. Eduardo III organizou logo uma campanha de retaliação, requisitando navios aos mercadores, praticamente sob coação, para organizar um desembarque na Aquitânia, mas a operação não contou com apoio português. Em setembro partia a última armada inglesa rumo a La Rochelle. Nela iam Gante e o Príncipe Negro, numa padiola. Nunca desembarcaram, atendendo às sucessivas tempestades, regressando a casa, inglórios. Em novembro, Carlos V deu ordens para destruir o castelo inglês de La Rochelle. Só em 1966, aquando da construção de um parque de estacionamento, o castelo voltou a ser localizado.

3

NOVOS INSUCESSOS

Gante o Príncipe Negro estava afastado. João de Gante era agora o príncipe mais velho em condições de administrar as vontades do rei Eduardo III. A possibilidade de regressar a França para depor Carlos V foi logo equacionada pelo duque, que tudo fez para conseguir do Parlamento o financiamento da expedição. O momento seria o ideal. Os acordos de aliança com Portugal estavam em prática. D. Fernando, de novo em guerra com Henrique II, seria a garantia de que Castela não interferiria em França. Mais, seria o aliado perfeito para que Gante, mal reconquistasse a Aquitânia, atravessasse os Pirenéus para ocupar o trono em Burgos. Para reforçar os laços de aliança, Gante enviou dois emissários a Lisboa, em janeiro de 1373.

Contudo, D. Fernando não conseguira evitar que Henrique II cercasse Lisboa, e rapidamente teve de se render, assinando, em Santarém, um novo tratado de paz com Castela, que anulava a

aliança firmada em Tagilde com os ingleses. Assim, quando a expedição de Gante partiu de Sandwich e Dover em direção a Calais, o apoio português estava outra vez fora de questão. Pior: a armada portuguesa estava ao serviço de Castela e França.

Gante desembarcou em Calais em julho. Ai, a história repetiu-se. Carlos V deixava os ingleses perderem-se nos seus territórios, sem oferecer luta direta. Lencastre destruiu campos e povoações, mas a escassez de alimentos, o calor do verão e os surtos epidémicos destroçavam as suas tropas. Em setembro, sem plano estratégico, rumou à Aquitânia. Quando alcançou Bordéus, em novembro, levava apenas oito mil homens (tinha 15 mil quando partira de Calais). Dos sobreviventes, muitos aproveitaram para desertar. No Natal de 1373, o duque estava em Bordéus, com um exército desfeito e sem ter conquistado nada. O seu último sonho, poder vencer em França e prosseguir para Castela, esfumara-se. Em janeiro seguinte, em Périgueux, assinou uma trégua.

Dois parlamentos e dois funerais

Em abril de 1374, quando voltou a Inglaterra, o duque tinha 34 anos. Chegava vencido, endividado e exausto. Cristina de Pisano refere que na receção que lhe foi feita, em Londres, o pai, Eduardo III, tê-lo-á repreendido publicamente. Não obstante o que diz a autora medieval, Eduardo III era já um homem doente, que limitava muito as aparições em público. Em dezembro de 1375, o Parlamento Inglês anunciava nova reunião. Os insucessos militares e diplomáticos de Lencastre, bem como o seu casamento com a infanta de Castela, estavam nas entrelinhas da agenda.

Em finais de abril de 1376 foram oficialmente abertas as cortes daquele que viria a ser conhecido como o Bom Parlamento. Tanto o rei como o Príncipe Negro estavam demasiado doentes para poderem assistir à cerimónia. Pela primeira vez, em 49 anos de reinado, o velho Eduardo Plantageneta faltava às cortes, e João de Gante representou a família real.

Os representantes do povo de Londres fizeram seu porta-voz Sir Peter de la Mare. Os Comuns associaram-se a um comité de Pares do reino. De um modo geral, De La Mare e os Comuns procuraram trazer para o debate dois temas centrais: a corrupção do Estado

e os falhanços militares. O primeiro tema atingiu particularmente Lorde Latimer, camareiro e tesoureiro do rei, Richard Lyons, alcaide da Casa da Moeda de Londres e Alice Perrers, amante do rei. Os três, acusados de corrupção e desvio de dinheiros, foram condenados e destituído. Alice foi banida da corte. Ainda que Gante não tenha sido formalmente condenado, viu-se enxovalhado, ao ter de responder pelos desaires em França. E sentiu as acusações contra Latimer e Lyons como acusações contra a instituição monárquica, contra ele próprio.

Foi neste contexto delicado, a 8 de junho de 1376, que morreu o Príncipe Negro. Tinha 45 anos. O Parlamento exigiu de imediato que o jovem herdeiro, Ricardo, lhe fosse apresentado e que se determinassem as cláusulas sucessórias para o momento da eventual morte do rei, que parecia iminente. Gante e Joana de Kent, viúva do príncipe de Gales, apresentaram Ricardo de Bordéus em Westminster. O futuro Ricardo II de Inglaterra tinha nove anos.

Semanas depois, a 10 de julho, o Parlamento encerrava os trabalhos. De la Mare e o bispo de Winchester, que o apoiara, haviam conseguido atacar e condenar personalidades próximas da Coroa, procurando moralizar o Estado. Gante esteve indiretamente sob o foco das acusações, e isso agitou-o, mas não houve razões para qualquer tipo de sanção. Por outro lado, as circunstâncias da morte do irmão e a doença do pai conduziram-no à regência de Inglaterra. Foi nessa qualidade que se recusou a comparecer à festa de encerramento do Parlamento. O plano de vingança começou logo a ser posto em marcha. Em setembro de 1376 chegava a Oxford, ido de Londres, um estafeta com uma mensagem para John Wycliffe – o rei estava a proceder a um inquérito sobre os abusos e a corrupção da Igreja e convocava o clérigo para fazer as denúncias. O conselho de Eduardo III era agora, em termos práticos, o conselho de João de Gante. O resultado do inquérito foi a condenação de vários apoiantes populares do Bom Parlamento, o bispo de Winchester foi desterrado para fora de Londres e Peter de la Mare encarcerado em Nottingham. Para completar a vingança, Gante convocou um novo parlamento para o início de 1377. Estas cor-

tes, controladas exclusivamente por pessoal da confiança de Lencastre, ficaram na memória como o Mau Parlamento. Só serviram para anular as condenações de Latimer, Lyons e Alice Perrers e ratificar as condenações do conselho do rei, de setembro e outubro do ano anterior.

Respondendo ao Mau Parlamento, os bispos de Inglaterra, ofendidos com Wycliffe, peça-chave nos inquéritos do conselho do rei, reuniram-se em concílio ainda antes do encerramento das cortes. Decidiram retaliar a coroa através de Wycliffe, convocando-o a ser julgado por heresia na catedral de São Paulo. Foi uma audiência conturbada, com enorme afluência popular e com a presença autoimposta de João de Gante e Henry Percy, que ameaçaram arrastar o bispo pelos cabelos se não libertasse Wycliffe. Conseguiram retirar Wycliffe da catedral, mas, durante a noite e no dia seguinte, uma onda de motins populares alastrou-se por Londres. Os motins de 1377 foram controlados pela presença, ainda que muito débil, de Eduardo III, que recebeu no Palácio de Sheen alguns dos representantes populares e procurou amenizar o descontentamento. Quatro anos depois, em 1381, as feridas sociais mal curadas haveriam de reabrir com mais intensidade.

Os perdões de Eduardo III não terão agradado a João de Gante. A própria Alice Perrers pediu ao duque de Lencastre, com quem nunca manteve boas relações, que agisse à margem da posição do rei. Todavia, Gante não comprometeu a sua lealdade para com o pai. Na verdade, esse perdão acabaria por ser uma das últimas ações do rei. A 21 de junho daquele ano, acompanhado apenas por um mendicante, na sua câmara pessoal no Palácio de Sheen, Eduardo III, agarrado a um crucifixo, após longas horas de agonia (enquanto estava acamado e semi-inconsciente, Alice Perrers roubara-lhe os anéis dos dedos), soltou o último suspiro.

O contraste entre o pequeno Ricardo II e o avô não podia ser maior. O velho Eduardo, rei durante 50 anos, fora um monarca forte e determinado, que fez de Inglaterra a grande potência rival de França, ensaiando o predomínio naval e a expansão mercantil. Ricardo, coroado aos dez anos, era uma criança discreta, hiperprotegida e, naturalmente, sem qualquer tipo de programa po-

Miniatura representando cerco a Calais, que os ingleses controlaram durante 200 anos

lítico. Como criança, Ricardo foi conduzido a encetar um processo de serenagem social, emitindo os tão esperados perdões a Sir Peter e ao bispo de Winchester. Em poucos anos, Ricardo II viria a revelar-se um monarca instável e nocivo. O seu destino, contrastando com os do pai e do avô, acabaria por ser semelhante ao do bisavô Eduardo II, o rei perseguido e encarcerado.

Fim das tréguas

Gante percebeu que o momento político não lhe era favorável. Jurou fidelidade ao sobrinho, na cerimónia de coroação, e, discretamente, abalou para os seus domínios rurais, afastando-se de Londres e da política. Internacionalmente, sem se poder afirmar frente a França e Castela, parecia condenado a

não ter qualquer impacto. A sua influência regional, como grande magnata feudal, não era assinalável e estaria longe da escala das suas ambições. Gante sempre procurou mais influência política fora de Inglaterra do que nos seus senhorios domésticos. Ora, para exercer influência externa necessitaria sempre de apoio militar da Coroa. E apenas no contexto de guerra poderia pôr em prática as suas ambições políticas internacionais.

Em abril de 1377, França e Castela começaram as hostilidades contra Inglaterra. A armada de Jean de Vienne, dona do Canal, travava e condicionava a navegação inglesa rumo ao continente. Castela, beneficiando de uma paz vantajosa com Portugal, recomeçara a fazer incursões navais pelas costas in-



glesas. A Guerra dos Cem Anos fora reacendida.

A resposta naval inglesa foi demorada e pouco eficaz, e tudo o que se seguiu foi mau para os ingleses, até ao momento em que Gante, depois de tomar o Castelo de Cherburgo, na Normandia, iniciou o contra-ataque continental, em direção a Saint-Malo, porto bretão que se afigurava como melhor alternativa para os ingleses após a perda de La Rochelle, em 1372. O cerco foi um fiasco. Como em Limoges, a tática de assalto passava pela construção de um túnel sob as fundações da muralha, de modo a danificar a estrutura. Contudo, o túnel foi localizado e destruído pela defesa francesa. Sem plano alternativo, Gante deu ordem de retirada e a expedição regressou a Londres.

Fogo e cinzas no Savoy

Gante chegou a Londres, em agosto de 1378, novamente derrotado. Nunca fora muito popular em Inglaterra, mas o momento agora era crítico: a imagem pública do duque parecia concentrar todos os descontentamentos sociais. O custo dos seus falhanços militares, a sua ingerência prepotente no Parlamento e na Igreja, as suspeitas de tentativa de usurpação do trono de Ricardo II e, até, o casamento com Constança de Castela transmitiam a uma plebe cansada de impostos, guerra e peste a ideia de um duque autoritário, ostentador e maquiavélico. Por oposição à memória de Eduardo III e do Príncipe Negro, Gante personalizava todos os males da monarquia.

Agravando a conjuntura, a segurança de Inglaterra continuava em risco: Jean de Vienne desembarcara em Hastings, fazendo incursões no território. No Canal, a ilha de Wight, a seis quilómetros da costa inglesa, tinha sido incendiada pelos franceses. Em agosto de 1380, Sánchez de Tovar conseguira fazer avançar a sua esquadra, subindo o Tamisa, até Gravesend, chegando a menos de 30 quilómetros da Torre de Londres. No mesmo verão, os escoceses haviam transposto as fronteiras do Norte.

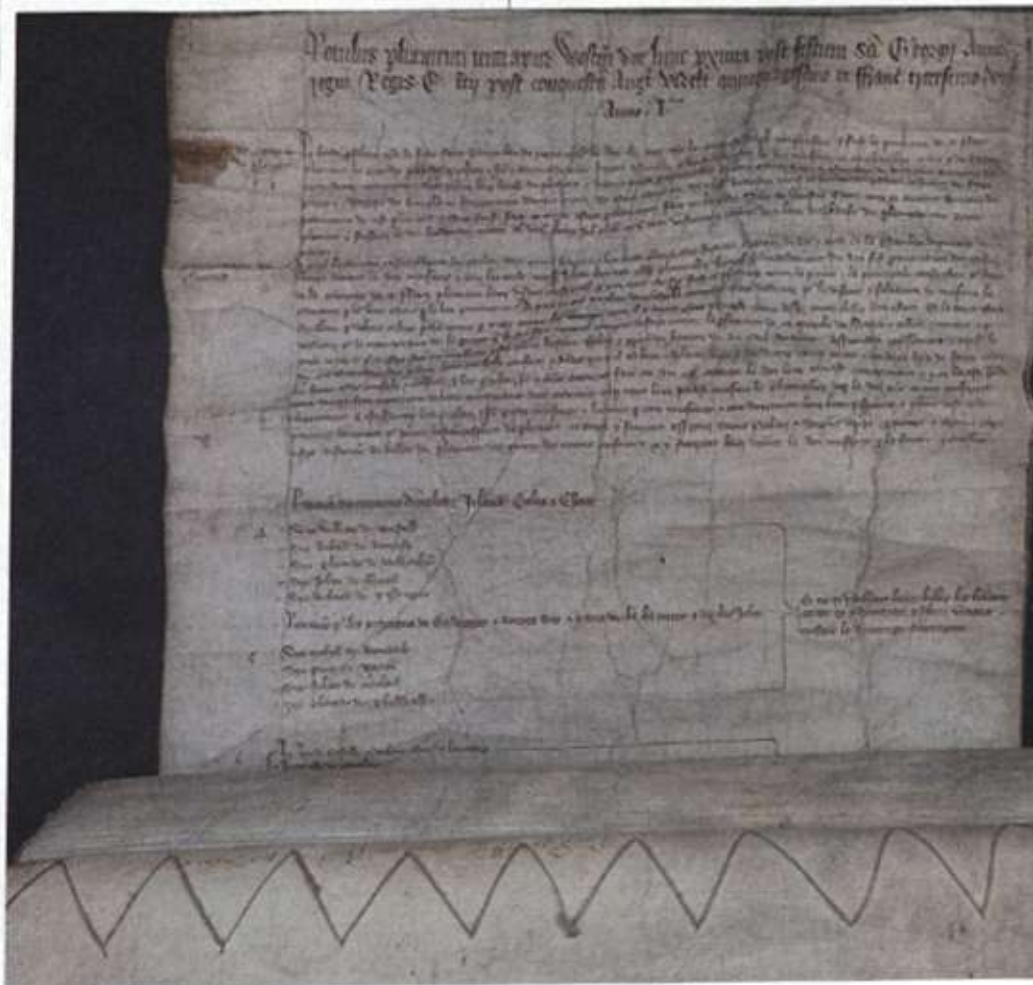
Para fazer face aos acontecimentos a norte, Gante foi destacado para a fronteira, onde acabou por negociar nova trégua. No fim de maio de 1381, com Gante na Escócia, deflagrava uma explosão social jamais vista em Inglaterra. O clima geral de instabilidade e descontentamento, assente nos au-

mentos de impostos, na miséria e nas desigualdades, bem como nos surtos de peste e de insegurança, atingiu o clímax, a propósito de uma questão fiscal em Brentwood, condado rural nas imediações de Londres. Alegadamente taxada duas vezes pelos mesmos impostos, a população amotinou-se no dia 30 de maio de 1381. Os oficiais judiciais e fiscais da Coroa foram linchados pelo povo armado com alfaia agrícolas. Em seguida, os amotinados rumaram a Londres, gritando palavras de ordem contra as instituições oficiais. No percurso, foram recolhendo apoios e engrossando as fileiras de descontentes, nomeadamente com a população de Kent. A 13 de junho, a multidão atravessou o Tamisa e alcançou Londres. Ricardo II, a mãe e o primo Henrique de Bolingbroke, filho de Gante, encerraram-se na Torre de Londres, enquanto a cidade era pilhada e incendiada. Por todo o lado havia destruição e execuções. Entre as figuras do poder consideradas corruptas que foram imediatamente linchadas encontramos Richard Lyons, arrastado pela multidão e decapitado em plena rua.

Os ricos mercadores estrangeiros que habitavam a cidade, como os flamengos, também foram perseguidos e as suas casas consumidas pelo fogo. Numa das ruas ribeirinhas, contaram-se 40 cadáveres empilhados de mercadores flamengos.

No topo da lista negra dos revoltosos encontrava-se, claro, João de Gante. Após as incursões nos edifícios públicos e nas casas e armazéns dos mercadores, a turba encaminhou-se para o Savoy. O palácio foi arrombado e todo o seu recheio destruído. Os líderes da revolta procuraram ativamente impedir as pilhagens, alegando que não eram ladrões, mas justiceiros. Debalde: jóias, pratarias, preciosos tecidos e brocados, obras de arte e a documentação do Savoy foram destruídos pelos camartelos e pelo fogo. O restante recheio do palácio foi lançado ao rio. Por fim, o Savoy foi incendiado. Terão sido mortas ali 30 pessoas, pessoal doméstico do palácio.

No dia seguinte, a multidão rumou à Torre, onde estava rei. Ricardo II, então com 14 anos, foi ao encontro dos revoltosos, protegido por uma pequena



escolta, e anuiu ouvir as reivindicações. John Balle, um padre reformista de Kent, exigiu o fim das injustiças, como os impostos indiscriminados e, sobretudo, o fim dos servos da gleba e a liberdade para cada homem poder escolher o seu trabalho e o seu salário. Ricardo garantiu que as liberdades seriam atribuídas, chegando a promulgar decretos reais para o efeito. A palavra do rei foi aceite e a revolta dissipou-se lentamente.

Enquanto centro político, Londres fora a cidade mais fustigada pela revolução. Contudo, as ações de protesto e de luta percorreram toda a Inglaterra. A universidade, em Cambridge, não foi poupada. A imagem de uma camponesa, Margery Starre, dançando em cima das cinzas dos manuscritos e dos códigos queimados, proclamando o fim da autoridade do clero, tornou-se símbolo da revolução.

Rescaldo e mudanças

Logo em 15 de junho começaram as retaliações. Robert Knolles, implacável, foi chamado para tomar conta da situação em Londres. A 30 de junho, o rei



Ricardo II a negociar com os revoltosos de 1381

Pergaminho com a abertura do Bom Parlamento (1376)

decretava novamente os deveres feudais de senhoriagem e servidão. A 2 de julho revogava todos os decretos que assinara nas negociações. No dia 15, juntamente com outros líderes da revolução, Balle foi detido, julgado e decapitado. O cadáver foi esquartejado e espalhado pelos campos. No clímax da revolta, João de Gante encontrava-se no Norte, próximo da Escócia. Foi lá que soube da destruição do Savoy e da perseguição que lhe era movida. Imediatamente procurou refúgio junto dos cavaleiros escoceses, com quem havia negociado a trégua. Mais do que isso, os feudais escoceses disponibilizaram-lhe um exército para poder regressar a casa e retaliar os revoltosos. Lencastre, apreensivo, declinou a oferta. Entrar em Inglaterra com um exército estrangeiro seria um erro monumental.

Quanto à duquesa Constança, estava em Londres quando começou a revolta. Forçada a fugir, de noite, para norte, pediu auxílio a Henry Percy, marechal do reino e amigo de Gante. Mas Percy negou. Durante a fuga, Constança soube ainda que o Castelo de Leicester também havia sido tomado e incendiado. Dirigiu-se então para junto do marido, não sem antes ter sido impedida de entrar num dos seus outros castelos, em Pontefract, pelo próprio alcaide.

A atitude de Percy e o caso de Pontefract revelou aos duques de Lencastre que nem com a lealdade dos antigos amigos e subordinados poderiam contar. Assim, Gante permaneceu na Escócia mais um mês. A 10 de julho, a pedido do sobrinho, desceu finalmente para Londres, escoltado por um poderoso exército inglês. Durante a marcha para sul, fez o seu primeiro ajuste de contas em Pontefract, punindo o alcaide que se recusara a abrir as portas do castelo a Constança. Em seguida, procurou ouvir as explicações de Percy. Numa audiência com Ricardo II, Gante expôs as suas queixas em relação a Henry Percy, acusando-o de cobardia, traição pessoal e traição ao rei. A situação descambou em ofensas mútuas, tendo, no entanto, sido sanada, meses depois, na abertura do Parlamento de novembro de 1381, com a cidade de Londres ainda em estado de sítio. Percy desculpou-se publicamente, e Gante ganhou influência junto de Ricardo II. De certo modo, a grande revolta de 1381 devolveu Gante ao epicentro político.

4

PORTUGAL ENTRE ROMA E AVINHÃO

Depois da rendição de D. Fernando a Henrique II e respetivo acordo de paz, em março de 1373, os termos do Tratado de Tagilde foram suspensos. De acordo com o Tratado de Santarém, Portugal viu-se forçado a integrar, sobretudo no teatro naval, as forças franco-castelhanas. Assim, as tensões provocadas pelas incursões de Tovar e Jean de Vienne nas costas inglesas implicavam diretamente D. Fernando. Não obstante, Inglaterra, oficialmente, nunca intentou retaliação militar contra Portugal, o que não significa que, do ponto de vista diplomático e comercial, a situação não se tivesse mantido tensa.

Gante procurou vias alternativas a Portugal, de modo a resolver a questão



das suas pretensões ibéricas. Assim, encontramos na corte de Henrique II, de 31 de julho de 1378 a 15 de maio do ano seguinte, uma delegação diplomática inglesa chefiada por Walter Blount. Os termos da longa presença diplomática inglesa em Castela não são claros. Dada a frágil posição militar de Inglaterra em 1378, a hipótese de Gante ter tentado negociar um acordo de paz com Castela, a troco da sua hipotética abdicção da coroa daquele reino, não está fora de questão.

Duas semanas após Blount deixar Castela, a 29 de maio, Henrique II morria, legando o trono ao filho, João I. Qualquer acordo que possa ter havido entre Blount e Henrique II saía de cena, facto demonstrado pelo aumento de intensidade dos ataques navais castelhanos sobre Inglaterra. Simultaneamente, sabemos que Gante nunca abandonou a titulação de Rey

de Castilla y León naquele período. E em Portugal a morte de Henrique II levantou outras ambições: Fernando I via-se dispensado da Paz de Santarém, renegociando novos termos com os castelhanos, como o casamento da sua filha, a infanta Beatriz, com o rei João de Castela.

O ano de 1378 marca um momento de mudança, com o início do Cisma do Ocidente. Em 1370, o papa Gregório XI havia reinstalado a Santa Sé em Roma, o que, desde a fixação do papado em Avinhão, em 1309, não mais havia ocorrido. Todavia, o colégio cardinalício e grande parte da cúria continuaram em Avinhão. Com a morte de Gregório, em março de 1378, a sucessão do papa tornou-se melindrosa. O colégio em Avinhão reuniu-se para escolher o novo papa, mas em Roma, antecipando-se a todos, Urbano VI fez-se aclamar papa,

mantendo-se firme na Cidade Eterna. Não aceitando Urbano, os cardeais de Avinhão elegeram Clemente VII. De um momento para o outro, os católicos dividiam-se entre dois papas e duas cúrias: uma de Avinhão, com Clemente VII, mais tarde chamado de antipapa, e outra em Roma, com Urbano VI.

Para Inglaterra, a tomada de posição era simples: Ricardo II e o Parlamento apoiariam quem se opusesse a Avinhão. Por seu turno, Castela e França não hesitaram em manter a fidelidade para com Clemente VI. Para Portugal, contudo, na encruzilhada entre a dinâmica ibérica e continental, contra a dinâmica atlântica e inglesa, a questão era delicada. Logo em 1378, num contexto ainda da Paz de Santarém, D. Fernando tomou partido por Clemente VII, contemporizando com o eixo franco-castelhano.



D. Fernando, último rei da primeira dinastia portuguesa, recebendo ingleses em Lisboa

Novos acordos com Inglaterra

A morte de Henrique II, em 1379, alterou o jogo diplomático. D. Fernando assumira novas condições de paz com João I de Castela, prometendo-lhe até a mão da filha. Todavia, a política fernandina fazia-se em mais do que uma frente. Enquanto lidava com o monarca castelhano, o rei português escrevia ao conde Andeiro, exilado em Londres, pedindo-lhe que sondasse uma nova oportunidade de renovar os laços de amizade com Inglaterra, junto de João de Gante e do seu irmão Edmundo de Langley.

Fernão Lopes diz-nos que não encontrou qualquer documentação que pudesse esclarecer os termos das diligências entre Andeiro, Gante e Langley. Todavia, em termos genéricos, os acordos foram direcionados para nova ratificação de Tagilde. Assim, se em maio de 1380 ainda conseguimos loca-

lizar João Fernandes Andeiro em Londres, na corte de Ricardo II, logo em julho está instalado em Estremoz, onde se encontrava sigilosamente a negociar com D. Fernando e Dona Leonor Teles aquele que viria a ser o Tratado de Estremoz, assinado a 15 do mesmo mês. Andeiro, a expensas de João de Gante, deslocara-se secretamente de Londres para o Porto, e daí para Estremoz, para definir com D. Fernando uma nova aliança. As cláusulas principais foram a renovação do Tratado de Tagilde em favor de Ricardo II, a aliança com Gante na luta contra Castela e a promessa de casamento da jovem infanta Beatriz (meses antes prometida a João de Castela) com o também ainda criança Eduardo de Norwich, sobrinho de Gante.

A estadia de Andeiro em Estremoz, oculto na torre, junto à câmara do rei e da rainha, está envolta num anedotá-

rio nem sempre fácil de interpretar. Fernão Lopes refere que a ligação amorosa de Andeiro com D. Leonor Teles, se não começou aí, ter-se-á, pelo menos, intensificado, ou até consumado sexualmente. Ao mesmo tempo, Lopes diz-nos que o rei não reagiu aos rumores do adultério, ou porque o negava, ou por não querer assumir publicamente um escândalo. Para todos os efeitos, os emissários que D. Fernando enviou a Londres, para confirmar a assinatura do Tratado de Estremoz foram outros. Eram o chanceler Lourenço Anes Fogaça e o escudeiro do rei, Rui Cravo, que, em maio de 1381, assinavam com Ricardo II a confirmação do novo tratado. Ao mesmo tempo, descobertas as negociações secretas de D. Fernando com Inglaterra, João I de Castela iniciou a guerra contra Portugal, cercando Almeida e invadindo, mais a sul, a fronteira alentejana. Rapidamen-

Coroação do papa Gregório XI por Guy de Boulogne

te, o duque de Lencastre e o irmão Edmundo começaram a aprontar a armada e o exército para auxiliar Lisboa.

A última guerra de D. Fernando

Dias antes da largada da armada de Edmundo, conde de Cambridge, Rui Cravo partiu de Plymouth rumo a Portugal. Desembarcou discretamente em Buarcos e daí seguiu para Lisboa, para informar o rei de que o auxílio inglês vinha a caminho: Edmundo de Langley traria 48 naus com quatro mil homens. Logo a seguir, o próprio duque de Lencastre também iria para Lisboa com mais reforços. De todas as maneiras, parte do contingente de Edmundo era já efetivamente composta pelo exército lencastriano. Langley chegaria, mas sem montadas para os seus cavaleiros, o que complicaria a logística militar.

Estávamos no início de junho de 1381. Se, numa primeira fase, a invasão do Alentejo por Castela não tinha tido consequências de maior, a guerra naval começara a surtir efeitos. D. Fernando, antecipando-se à chegada inglesa, enviara uma armada, comandada pelo conde de Barcelos, João Afonso Telo, irmão de Leonor Teles, a Sevilha, para travar a marinha de Castela. Contudo, quando a armada já se encontrava bem além da costa algarvia, junto à ilha de Saltes, o almirante Sánchez de Tovar intercetou e capturou os navios portugueses. Um mês depois, já sem possibilidade de poder auxiliar os navios portugueses, Edmundo de Langley e a família chegavam a Lisboa.

Os já conhecidos acontecimentos revolucionários em Londres, nas primeiras semanas de junho de 1381, estiveram na origem do atraso da armada inglesa. Aliás, os efeitos da revolta, nomeadamente o incêndio do Savoy e a fuga do duque de Lencastre para a Escócia, acabariam por se revelar fatais para o plano luso-inglês de guerra contra Castela. A chegada de Edmundo permitiu, pelo menos, que o almirante Tovar não ousasse entrar no Tejo. Ao mesmo tempo, recebido por D. Fernando em São Jorge, o príncipe inglês punha o seu exército à disposição do, logo em seguida pedindo a mão da infanta Beatriz para o seu filho Eduardo. Os esponsais dos noivos crianças (tanto Beatriz como Eduardo tinham cerca de oito anos de idade) realizaram-se a 19 de agosto, à maneira inglesa: os dois meninos foram deitados

em cima de uma cama adornada e jurados na presença do bispo de Lisboa e da alta nobreza. D. Fernando, como forma de anulação do contrato de casamento da filha com João de Castela, rejeitou obediência a Clemente VII de Avinhão e reconheceu o papa Urbano VI de Roma.

Selada a aliança com a promessa dos noivos, Edmundo aguentou o seu exército em Lisboa. As dificuldades que D. Fernando sentiu em reunir montadas suficientes para os ingleses e suas bagagens fez com que todo o processo se atrasasse, impedindo as tropas aliadas de se deslocarem para os pontos de fronteira onde os castelhanos já estavam. Efetivamente, as tropas de João de Castela já haviam montado cerco a Miranda do Douro e Mogadouro. A sul, a raia alentejana continuava ocupada, e Elvas encontrava-se também cercada. A indicação clara de D. Fernando para o exército português não responder aos ataques começava a causar impaciência. De facto, esta passividade estratégica era sentida não só pelos ingleses em Lisboa, mas pelas próprias hostes nacionais posicionadas no Alentejo. É, aliás, neste período (julho e agosto de 1381) que nos surgem as primeiras notícias das ações de Nuno Álvares Pereira. O futuro condestável do reino encontrava-se em Vila Viçosa, junto do irmão Pedro Álvares, fronteiro-mor. Impaciente, Nuno Álvares tentou organizar um combate pessoal contra o fronteiro de Badajoz, mas D. Fernando proibiu-o determinantemente de efetuar qualquer ação de combate, chamando-o para Lisboa.

No fim do verão, João I de Castela, percebendo que, não havendo confronto militar, poderia gerir a campanha de modo mais eficiente, deu indicações para que as suas tropas recuassem para o lado castelhano da fronteira, onde poderiam mais facilmente ser alimentadas e abastecidas, mantendo a possibilidade de, a qualquer momento, reentrarem rapidamente em Portugal. Mesmo sem ter qualquer notícia da chegada do duque de Lencastre, D. Fernando aproveitou o recuo castelhano para agir: autorizou Edmundo de Langley a marchar com os seus homens para o Alentejo, enquanto a armada inglesa estacionada no Tejo recebeu ordens para regressar a Londres.



Mal comandado, sem apoio logístico eficaz (continuava o problema da falta de montadas) e sem um objetivo militar concreto (a invasão de Castela não era assumida até João de Gante chegar a Portugal), o exército inglês rapidamente começou a causar problemas. No Alentejo, a soldadesca acabou até por tomar a vila de Monsaraz, o Redondo e Évora. Pilhando tudo o que havia para levar e obrigando os moradores a pegarem em armas para se defenderem dos aliados ingleses.

Em maio de 1382, tendo as suas fronteiras protegidas e assistindo ao descalabro inglês no interior de Portugal, João de Castela lançou por mar o ataque derradeiro, ordenando a Tovar que avançasse com os seus 80 navios sobre o Tejo e tomasse Lisboa. O almirante entrou no Tejo, desprotegido, e cercou a cidade, incendiando os paços reais de Xabregas e de Frielas. D. Fernando, encurralado, percebeu que o duque de Lencastre jamais chegaria e encetou negociações de paz com Castela, deixando Edmundo de Langley fora do processo.

Os reis ibéricos firmaram a paz em Elvas, a 10 de agosto de 1382. João I comprometeu-se a devolver Miranda do Douro e Mogadouro, bem como Almeida. Comprometeu-se ainda a entregar os navios portugueses apreendidos em Saltes, no ano anterior. Por seu turno, D. Fernando comprometeu-se a renunciar a Urbano VI e a jurar obediência a Avinhão e Clemente VII. A infanta Beatriz, mais uma vez, seria usada como moeda de troca. Quebrada a promessa de casamento com o filho do conde de Cambridge, a criança era prometida agora ao infante Fernando, terceiro filho de João I de Castela. Acordaram ainda transportar, em navios castelhanos, Edmundo e os seus homens de volta para Londres. A contragosto, humilhado pela traição do aliado português, o irmão do duque de Lencastre deixou assim Portugal.

Setembro traria ainda mais um evento que alterou o jogo diplomático: a rainha Leonor de Aragão, mulher de João I, morreu, de complicações na gravidez. A viuvez do rei, à época com apenas 24 anos, permitiu que os termos de Elvas fossem modificados: Beatriz já não casaria com o infante Fernando, mas sim com o próprio João I de Castela, o que traria, a curto prazo, consequências inesperadas.

5

A ASCENSÃO DE AVIS

EM Londres, o duque de Lencastre e o irmão Edmundo foram chamados ao Parlamento para explicar o fracasso ibérico. Edmundo transmitiu uma imagem pouco abonatória do rei de Portugal. Atribuía o fracasso da expedição à falta de organização portuguesa, ao impasse provocado por D. Fernando e, por fim, à mudança de posição do rei e ao acordo de paz com Castela, feito nas suas costas. A verdade, contudo, é que a impossibilidade de João de Gante ter viajado para Lisboa, bem como a forma insubordinada com que os exércitos ingleses de Langley atuaram no Sul de Portugal, pesaram fortemente na decisão de D. Fernando.

A conjuntura política em Lisboa também mudava. Alterados os termos da paz de Elvas, D. Fernando entregou a mão da filha Beatriz a João de Castela. O casamento, acordado em Salva-

terra de Magos, em abril de 1383 e efetivado em Elvas, no mês seguinte, deixava a situação da sucessão dinástica portuguesa melindrosa: a herdeira do trono de Portugal estava casada com o rei de Leão e Castela; qualquer descendente que nascesse desse matrimónio herdaria os dois reinos..

Enquadramento de casta

D. Fernando sabia que não teria muito tempo para adiar problemas. A tuberculose que o consumia tinha-se agravado, e as decisões daquele momento seriam o seu legado político. É, pois, compreensível a vontade de deixar a situação com Castela resolvida com um casamento que unisse os tronos. A percepção de que essa decisão poderia levantar mais problemas do que soluções não estaria no horizonte do rei moribundo. Mas quando, a 22 de outubro desse ano, o rei morreu, Portugal mergulhou num turbilhão de acontecimentos. Parafraseando Oliveira Martins (e também António Borges Coelho), a revolução começou mal a tampa do caixão de D. Fernando caiu. Seguindo os ditames de Salvaterra, D. Beatriz foi aclamada rainha de Portugal. Sendo menor, e ainda de acordo com o tratado, D. Leonor Teles assumiria a regência. João Fernandes Andeiro começava a exercer uma influência de governação assumida, ao lado da sua amante e rainha viúva. A presença de Andeiro na regência, comprometendo até o futuro político da pequena Beatriz, perturbou não só parte da nobreza portuguesa, fiel às predisposições deixadas por D. Fernando, como provocou a ira de João de Castela, que de imediato preparou nova invasão de Portugal, para reclamar os direitos da sua esposa criança.

Preparando a defesa de Portugal, Leonor Teles ordenou o destacamento do mestre de Avis, D. João, meio irmão de D. Fernando, para a defesa da fronteira alentejana. Contudo, o mestre manteve-se em Lisboa e, impelido por uma ação de revoltosos (Nuno Álvares Pereira e o seu tio, Rui Pereira, Álvaro Pais e o conde de Arraiolos, primeiro condestável de Portugal), aderiu a uma conspiração para matar João Fernandes. Assim, a 6 de dezembro de 1383, o mestre, com uma escolta de 20 homens armados, deslocou-se ao paço de São Martinho, em Lisboa, e assassinou o conde Andeiro.

A sequência dos eventos é rápida: os conspiradores fazem correr por Lisboa o rumor de que o mestre de Avis corria perigo de vida. A população, enfurecida e motivada pelo ódio a Leonor Teles e Andeiro, apressa-se a concentrar-se junto ao paço, exigindo a libertação do mestre. Confirmado o apoio popular, o mestre mostra-se a uma das janelas do paço, é aclamado pela multidão e transportado em apoteose pelas ruas da cidade. No mesmo dia, a Sé de Lisboa foi assaltada, e o bispo D. Martinho, cismático de Avinhão, foi linchado, sendo o seu cadáver profanado pela população. Num turbilhão de violência, o povo acabaria ainda a molestar a comunidade judaica, sendo, no entanto, travada a tempo pelo próprio mestre.

Nos dias seguintes, o mestre de Avis quis deslocar-se pessoalmente a Londres, para sondar a posição inglesa ou mesmo para negociar apoio militar. Mas, temendo ser isso interpretado como uma fuga, acabou, sob forte pressão, por permanecer em Lisboa. Assim, logo na semana seguinte ao assassinato de Andeiro, uma assembleia popular em São Domingos, composta, primeiro, pela arraia miúda e, depois, pelos homens bons do concelho e pelo clero fiel a Urbano VI, aclamou o mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino. O país dividiu-se. O mundo senhorial rural, sobretudo no Minho e Trás-os-Montes, mas também os senhorios da Estremadura e Ribatejo, apoiavam D. Leonor e a reposição da rainha D. Beatriz. O mundo urbano de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora proclamou-se pelo mestre, tal como as principais ordens militares do reino, maioritariamente proprietárias no Alentejo (a exceção foram os hospitalários). Nas Beiras, a situação era distinta: quem controlava a situação era já João de Castela, que ocupara a Guarda.

Nesse contexto, o mestre de Avis organizou rapidamente o seu governo: nomeou para chefe da sua chancelaria o doutor João das Regras, mestre de cânones na universidade; iniciou um programa de recolha de financiamento externo e interno, lançou a recolha das sisas sobre a propriedade, mas também sobre a produção; cunhou moeda desvalorizada para pagar soldos; contraíu avultados empréstimos nas cidades. Simultaneamente, organizou a defesa, com o

Representação artística da morte de João Fernandes Andeiro às mãos do mestre de Avis



apoio de Nuno Álvares Pereira.

D. Leonor refugiara-se em Santarém, onde recebeu, já em 1384, o genro, João de Castela. Este, no entanto, estava em estado de guerra, pois já queria reclamar os seus próprios direitos sobre Portugal. Na sequência, mandou deter D. Leonor e chamou até si o velho chanceler e diplomata de D. Fernando, Lourenço Anes Fogaça. O rei castelhano pretendia que o chanceler lhe levasse os selos do rei falecido para serem quebrados e que daí se fizessem



novas chancelas em seu nome, como rei de Portugal. Fogaça entregou os selos ao rei, mas apenas para fugir logo para Lisboa, onde se entregou à causa do mestre de Avis. Do exílio em Castela, o infante D. João, também meio irmão do mestre, filho de D. Pedro e de Inês de Castro, dava indicações aos seus partidários para se juntarem ao mestre. Os centros urbanos eram tomados pelas populações. A presença de João de Castela, agora em Santarém e invocando o título de rei de Portugal,

unia parte da pendência civil portuguesa em torno do mestre de Avis.

No início de 1384, o mestre enviou Lourenço Anes Fogaça para Plymouth, liderando uma missão diplomática complementar a uma primeira, que saíra de Lisboa em dezembro, liderada por Lourenço Martim e Thomas Daniel, um residente inglês. O objetivo era negociar o apoio de Ricardo II e do próprio duque de Lencastre à causa de Avis. Gante estava então em Calais, pelo que não houve, nesta fase, con-

versações diretas com o duque. Por outro lado, Ricardo II receberia a embaixada do mestre de Avis e cederia algum apoio militar (bem reduzido, face à expectativa portuguesa) e um aval financeiro, garantido, contudo, pelo arrematamento de navios mercantes portugueses no Tamisa.

Em Santarém, João de Castela coordenava novos ataques em território português, movendo tropas para a vila de Fronteira, a norte de Estremoz. Foi esse o momento dos primeiros con-

frontos entre a defesa portuguesa, já reforçada com efetivos ingleses, e a invasão castelhana. O encontro culminaria na Batalha dos Atoleiros (6 de abril), em que Nuno Álvares, enfrentando os homens de Tovar, entre os quais o seu próprio irmão, Pedro Álvares Pereira, obteve a primeira grande vitória militar.

Em maio, um contingente liderado pelo arcebispo de Compostela marchou rumo ao Porto, pilhando no Minho o que havia para pilhar, mas a defesa portuense, maioritariamente popular, rechaçou o invasor.

João I de Castela, porém, só pensava numa invasão naval relâmpago de Lisboa. Ainda em maio, enviou os seus homens para cercar a capital portuguesa. O comandante do exército castelhano, o mestre da Ordem de Santiago, Pedro Fernández Cabeza de Vaca, acampou em Loures e aí montou um extenso arraial, que cercou a grande muralha de Lisboa durante vários meses. A eficaz e determinada defesa lisboeta permitiu a resistência da cidade durante praticamente todo o verão de 1384. No Tejo, uma frota portuguesa, organizada no Porto e conduzida por Rui Pereira, conseguiu quebrar o bloqueio castelhano e levar víveres à cidade sitiada. Contudo, haveria de ser um agressivo surto de peste, que grassou nas fileiras castelhanas, a determinar a retirada total. Tanto o afamado almirante Tovar como Pedro Fernández morreram durante o cerco.

Seguido de um séquito fúnebre que transportava as dezenas de cadáveres dos fidalgos mortos pela peste, João de Castela refugiou-se em Torres Vedras e Santarém. No início de outubro, o mestre de Avis e Nuno Álvares Pereira ainda concertaram um plano para atacar diretamente o rei de Castela. Contudo, João conseguiu regressar a Castela, levando com ele a longa e tétrica procissão dos mortos. Com a partida dos castelhanos, algumas povoações ribatejanas fiéis a D. Beatriz declararam-se, após curtos cercos, pelo mestre de Avis. Santarém, no entanto, manter-se-ia por D. Beatriz até ao rescaldo de Aljubarrota. O Norte, com a exceção do Porto, cidade burguesa e mercantil, continuava hostil ao mestre.

As Cortes de 1385

Colhendo apoios consolidados no Sul e no Centro, o mestre de Avis recebeu,

ainda em Lisboa, em outubro de 1384, representantes dos três Estados. O objetivo era organizar cortes gerais para definir e resolver juridicamente a situação do reino. Reunidas em Coimbra, entre março e abril de 1385, estas célebres cortes haveriam de ser o momento de aclamação legal (faltaria ainda a consagração militar), de D. João, mestre de Avis, como rei de Portugal.

As cortes medievais portuguesas eram um órgão consultivo e deliberativo que remontava ao século XIII, antecedendo até o Parlamento inglês. De um modo geral, juntavam os três braços sociais da nação: os representantes dos concelhos (o povo), o clero e a nobreza senhorial. Das questões fiscais às judiciais, passando pela política externa, como seja a guerra, até à aclamação dos reis, debatiam e votavam diversos assuntos. Desta vez o assunto mais palpitante era, claro, a eleição do rei de Portugal. Os pretendentes ao trono eram D. Beatriz, filha legítima de D. Fernando e Leonor Teles, e o seu marido João I de Castela; o infante D. João, filho de D. Pedro e Inês de Castro; D. João, mestre de Avis, também filho de D. Pedro, meio-irmão tanto do infante D. João como do falecido D. Fernando.

Apresentaram-se nas cortes os partidários do mestre de Avis e do infante D. João, detido em Castela desde o ano anterior. D. Beatriz e João de Castela não tiveram representantes em Coimbra. Tanto as cidades que mantinham voz por Castela como os feudais e alguns bispos pró-castelhanos não estiveram representados. A fação do mestre, bem defendida pela retórica do doutor João das Regras e pelas armas de Nuno Álvares, saiu vitoriosa. O mestre de Avis foi aclamado rei de Portugal a 6 de abril, e Nuno Álvares Pereira era nomeado condestável do reino. Por essa altura, atracava no Tejo uma armada inglesa com reforços militares.

Aljubarrota

Logo após as cortes, D. João iniciou um rápido e intenso périplo pelo Norte, para tomar as vilas que ainda levantavam voz por Castela. No dia 25 de abril, entrou em apoteose no Porto, onde se reuniu com o conselho da cidade e com Nuno Álvares Pereira, que o precedera em alguns dias. Em operações separadas, o exército de D. João I e o condestável conquistaram Guimarães,



Ponte de Lima, Viana e Braga. Nuno Álvares pretendia prosseguir para a Galiza, mas as circunstâncias interromperam-no. João de Castela, em resposta às Cortes de Coimbra, voltou a invadir Portugal, cruzando a fronteira em Almeida. D. João I estava então se a comandar o cerco de Guimarães, e o condestável cercava as muralhas de Ponte de Lima. Como tal, a primeira defesa das Beiras foi feita por nobres e populares afetos a D. João I, comandados apenas por personalidades locais. O primeiro confronto com os castelhanos deu-se já em Trancoso, a 29 de maio. Para o Alentejo foram enviados os reforços ingleses que se encontravam em Lisboa.

O rei português e Nuno Álvares regressaram ao Centro e Sul do país, para organizar o confronto com os castelhanos. D. João reuniu tropas em Alenquer, sobretudo os contingentes que vinham de Lisboa, e Nuno Álvares Pereira desceu ao Alentejo, onde também recrutou soldados e agregou os ingleses que lá estavam. Após vários desencontros e divergências, as hostes de D. João I e de Nuno Álvares Pereira encontraram-se, finalmente, no início de agosto, junto a Tomar.

A 13 de agosto de 1385, Nuno Álvares localizou o acampamento castelhano, a sul de Leiria. Para interceptar o passo castelhano para Lisboa, o condestável escolheu e preparou o terreno para o confronto, perto da aldeia de Aljubarrota. Na manhã seguinte, a co-



Aljubarrota: miniatura mostrando como as tropas luso-inglesas venceram as castelhanas

De for de castille a Interrece. xvj.



Et parte de la venue du duc de landcastre au port de la quenouille - en milice. xxxvj.

Representação do momento em que um mensageiro de D. João I, novo rei de Portugal, entrega carta a João de Gante



Comment le for de portugal Et le duc de landcastre se trouuerent ensemble Et de leurs deuise. Chapitre. xliij.

Conferência de Ponte de Moura, juntando D. João I e o futuro sogro, o duque de Lencastre

luna militar castelhana, agora em marcha, deparou-se com a defesa portuguesa. O rei castelhano enviou emissários, para negociar, mas Nuno Álvares e D. João I não aceitaram os termos de paz, que passavam pelo reconhecimento de D. Beatriz como rainha de Portugal. O tempo da diplomacia havia passado. O confronto militar era inevitável, e a batalha teve início ao fim da tarde. Aproveitando o desnível do terreno, bem como a sua preparação prévia, com fossos e barreiras defensivas, Nuno Álvares conseguiu superar a desvantagem numérica do exército português e infligir uma pesada derrota a Castela.

A fuga dramática dos cavaleiros castelhanos gerou o pânico nas alas de infantaria, que também acabaram por dispersar. As perseguições portuguesas aos castelhanos em fuga foram igualmente violentas – com a exceção de nobres cujas capturas permitiriam bons resgates, a restante peonagem de Castela foi massacrada.

Lencastre na Galiza

Aljubarrota reforçou a posição D. João I. Além de rei aclamado em cortes, era também um líder legitimado pela força das armas. E os ecos da batalha foram chegando ao exterior. Em Leicester, João de Gante recebia Loureço Anes de Fogaça e Fernão Afonso de Al-

buquerque, mestre da Ordem de Santiago. Os dois levavam uma carta de D. João I com as notícias da vitória e uma renovada oferta de aliança. D. João lembrava ao duque as vantagens que o momento trazia para que ele reclamasse o trono de Leão e Castela.

Com a situação escocesa resolvida e a situação da Aquitânia relativamente estabilizada, João de Gante e Ricardo II tinham margem de manobra para relançar uma investida ibérica. E a questão do financiamento da invasão de Castela foi logo debatida no Parlamento de Westminster. Em outubro, quando, em território castelhano, Nuno Álvares infligia uma última derrota a João de Castela, na Batalha de Valverde, o Parlamento Inglês aprovava, com reservas financeiras, a invasão de Gante a Castela. Era a primeira vez que o rei inglês reconhecia ao seu tio o título de rei de Leão e Castela. Agora, Gante presidia ao conselho real sentado num trono, ao lado do sobrinho, e, a 8 de abril, assinou e jurou um protocolo de paz entre Castela e Inglaterra. No domingo de Páscoa de 1386, Ricardo II ofereceu ao tio uma coroa de ouro, gesto simbólico que era a assunção pública de fé na vitória sobre Castela.

É após o reconhecimento do tio como rei que Ricardo II, a 9 de maio de 1386, assina com Lourenço Anes Fogaça e Fernão Afonso de Albuquerque o célebre Tratado de Windsor, na prática, a renovação da aliança de amizade e confederação entre Portugal e Inglaterra ensaiada, 14 anos antes, em Tagilde. O tratado viria a ser ratificado em fevereiro do ano seguinte, com o casamento de D. João I com Dona Filipa de Lencastre. A confirmação, ou doação de Babe, Bragança, assinada pelo duque de Lencastre, a 26 de março de 1387, pode ser enquadrada na dinâmica de reforço da aliança anglo-portuguesa. Contudo, só a 12 de agosto daquele ano é que D. João I, pessoalmente, confirmou e assinou o Tratado de Windsor, em Coimbra. O documento foi transportado de novo para Londres, onde se encontra atualmente.

Um aspeto nem sempre tido em conta no tratado é o seu discurso cruzadístico. Inglaterra e Portugal declararam que lutarão contra os inimigos do verdadeiro papa, entendido como Urbano VI, em Roma. Um dos argumentos de João de Gante para obter apoio parlamentar na sua demanda pelo tro-

no de Castela foi o apelo à libertação daquele reino peninsular da tutela dos antipapas de Avinhão. O próprio Urbano VI promulgara uma bula de cruzada, apoiando os ingleses na conquista de Castela.

Resolvidos alguns problemas financeiros, a armada de Gante começou a ser preparada em junho de 1386. No dia 30, um contingente naval português, comandado por Afonso Furtado (futuro herói da conquista de Ceuta) juntou-se a Gante em Plymouth. Ao todo, terão embarcado de sete a dez mil homens, entre cavaleiros, peões e arceiros. No dia 9 de julho, os navios levantaram ferros.

O percurso de Plymouth para a costa galega era conhecido de todos os marinheiros ingleses. Tratava-se não só de uma rota comercial muito usada, como era também a rota popular de transporte dos peregrinos para Compostela. Contudo, a armada de Lencastre não navegou diretamente para o seu destino. O duque fez primeiro uma escala em Brest, na Bretanha, onde deixou alguns dos seus homens para auxiliarem a guarnição inglesa desse porto. A verdade é que o destino da armada era secreto, o que permitiu ao duque fazer um desembarque surpresa na Corunha, a 25 de julho, dia de Santiago, tomando rapidamente a cidade. Duas ou três semanas após o desembarque, Gante marchou até Santiago de Compostela. O arcebispo clementista, João García Manrique, religioso português exilado na Galiza desde 1383, refugiava-se agora em Leão, deixando a cidade de Santiago nas mãos dos seus moradores, que prontamente a entregaram a Gante. Foi assim que, na catedral compostelana, às mãos de uma curiosa imagem articulada de São Tiago, João de Gante e Constança foram confirmados reis de Leão e Castela. Desde os tempos de Afonso IX, a coroação dos monarcas de Leão e Castela, feita em Burgos, era também tradicionalmente ratificada em Compostela, pela imagem articulada do apóstolo. Mas a verdade é que apenas a Galiza, e só depois da tomada rápida de Pontevedra e da conquista demorada e violenta de Ourense, é que estava sob administração de João de Gante. Para reclamar o seu direito, e o de D. Constança, ao trono de Castela, "monseigneur d'Espagne" viu-se na contingência de negociar com João de Trastámara, o único rei re-

conhecido de Leão e Castela.

Respondendo às negociações, João I enviou, de Zamora, uma embaixada de cavaleiros à corte de João de Gante, agora em Ourense. Os embaixadores levavam uma proposta do rei: o casamento do seu herdeiro com Catarina de Lencastre, filha de João de Gante e Constança. Independentemente do respeito aos acordos com Portugal e das suas expectativas face a uma vitória sobre Castela, Gante tomou uma posição ambígua, remetendo uma resposta final para mais tarde.

O casamento de D. João I

Logo após as negociações falhadas com os embaixadores de Castela, João de Gante recebeu na sua corte, em outubro de 1386, uma delegação portuguesa, chefiada pelo velho chanceler Lourenço Anes Fogaça. O encontro diplomático tinha como principal finalidade a preparação de um encontro entre D. João I de Portugal e o duque de Lencastre. Ao mesmo tempo, Gante prometia a D. João I a mão de uma das suas filhas, Filipa ou Catarina. Assim, no final de outubro de 1386 chegaram à pequena localidade de Ponte de Mouro, Melgaço, o duque de Lencastre e a sua comitiva. Logo depois, no primeiro dia de novembro, ido da cidade do Porto, chegava o rei de Portugal, acompanhado por dois mil homens, quase todos membros da Ordem de Avis. O cenário era de pompa militar: os freires, com as suas túnicas brancas, cruzadas com a insígnia de São Jorge, entraram em Ponte de Mouro juntamente com o exército de Nuno Álvares Pereira, que se havia reunido com D. João I em Ponte da Barca.

O encontro entre Gante e D. João I realizou-se em pleno acampamento militar, onde se organizou um banquete. No dia seguinte, 2 de novembro, foi levantada a tenda real de Castela que D. João havia capturado em Aljubarrota. Nesse espaço simbólico, evocativo da vitória sobre o inimigo comum, os dois homens negociaram os termos de apoio mútuo. O duque de Lencastre renovava os pactos de aliança e requisiava apoio militar do rei de Portugal, para poder fazer uma invasão conjunta a Leão e Castela. O rei de Portugal prometia o auxílio de cinco mil homens para a invasão. Como forma de firmar os acordos, foi tratado o casamento de D. João I.



*Et fait mention comment
le roy Jehan de portugal
espoisa philippe de landa-
stre fille au duc Jehan de
landastre sollempnellement
en la cite de port en portugal
xxxiii*

Casamento de D. João I e Filipa de Lencastre, realizado a 14 de fevereiro de 1387, na Sé do Porto

Filipa de Lencastre tinha 27 ou 28 anos, o que, no quadro das políticas e práticas matrimoniais do século XIV, era já uma idade avançada. Catarina era uma infanta com apenas 13 anos, mais próxima da faixa etária tradicional das rainhas nubentes. A alta taxa de mortalidade, nomeadamente no parto, e a baixa esperança de vida da época sugeririam que, para garantir maior segurança na gestação de descendência, fundamental para a nova dinastia, a infanta Catarina de Lencastre seria a escolha mais certa. Contudo, D. João I optou por acordar o matrimónio com Filipa. Filipa era filha da duquesa Branca de Lencastre, enquanto Catarina era filha de Constança e neta do rei Pedro I, o Cruel, o que, por questões de direito dinástico, fazia dela pretendente direta à coroa de Castela. Nada convinha, à novíssima casa de Avis, gerar descendência de linhagem castelhana.

Portanto, a promessa de casamento entre D. João I e Filipa de Lencastre confirmou os protocolos da aliança com Inglaterra. No entanto, o rei português era ainda mestre da Ordem de Avis, por tal sujeito a voto de castidade. Enquanto isso não foi resolvido, Filipa ficou recolhida no Convento de São Francisco, no Porto. O questão da dispensa papal atrasou o casamento. Para complicar a situação, a Quaresma aproximava-se, o que adiaria ainda mais o enlace. Mas moveram-se as influências necessárias, e os noivos foram apresentados e receberam as bênçãos na Sé do Porto, a 2 de fevereiro de 1387. Duas semanas depois, no dia de São Valentim, era celebrado o casamento, entre grande pompa e festa popular, que durou semanas. Só em março rei e rainha seguiram para norte, para se juntarem a João de Gante e Constança, que os aguardavam em Babe, Bragança.

A derradeira investida

Gante concentrara em Trás-os-Montes, junto à fronteira, o que restava do seu exército original, cerca de 1200 homens. Montara um acampamento militar onde aguardava os efetivos do genro e do condestável Nuno Álvares Pereira, nove a dez mil tropas portuguesas (quase duplicando o contingente prometido em Ponte de Mouro). D. João e D. Filipa chegaram a Bragança pelo dia 20 de março, altura em que João de Castela estava cansado de sa-

ber da invasão iminente, documentos há a atestá-lo.

Quando, a 28 ou 29 de março, os exércitos atravessaram a fronteira leonesa, cruzando o Rio Maças. D. João I pretendeu entregar o comando da vanguarda ao sogro, mas acabou por não o fazer, entregando a chefia a Nuno Álvares Pereira. Gante esperava uma vitória rápida e uma aclamação fulgurante em território castelo-leonês. Os exércitos avançaram, tentaram sem êxito tomar Benavente, e, procurando um caminho alternativo para Leão, passaram por Valderas, cidade que caiu. D. João I ofereceu a primazia do saque ao exército inglês, não sem antes Nuno Álvares Pereira ter retirado os moradores para uma distância segura dos ingleses. Foi no episódio do saque de Valderas que se registou o primeiro momento de tensão entre os dois exércitos aliados. Os portugueses deveriam dar primazia aos ingleses, para depois buscarem na cidade o seu próprio saque, mas só entraram a pilhar a cidade antes do tempo, como roubaram o que os ingleses levavam com eles. O rei português acabou por punir com as próprias mãos alguns dos seus soldados, mas a fricção entre exércitos estava instalada. Além disso, começaram a emergir os primeiros surtos de peste e disenteria no exército inglês. Sem rumo bem definido, os exércitos foram marchando e obtendo vitórias irrelevantes em povoados por que passavam. O rei de Castela seguia a estratégia que aprendera com o pai: evitou o confronto direto e deixou que a peste, a disenteria, a fome e o desespero dominassem os soldados inimigos.

Diz-nos o cronista Thomas Walsingham que quando D. João confrontou o duque de Lencastre com a necessidade de abandonarem a campanha, este terá desmontado do seu cavalo começou a soluçar. O caso não era para menos, o seu exército estava minado. Vários dos seus principais cavaleiros tinham morrido sem sequer combaterem, e os portugueses, seus aliados, também não encontravam mais motivos para lutar. Quase 15 anos depois do falhanço da marcha de 1373, entre Calais e Bordéus, o duque de Lencastre voltava a sentir uma derrota semelhante, só que desta vez, agravando a situação, tinha exposto a todos aqueles perigos e vexações a sua própria mulher e filha, que, deambulando com os exér-

citos em marcha, assistiam à derrocada do objetivo ibérico.

Finalmente convencido a abandonar a campanha, Lencastre concordou com D. João I em regressar a Portugal. O percurso de retirada seria diferente do da invasão. O plano era atravessar o Tormes, junto a Salamanca, e atravessar a fronteira por Ciudad Rodrigo. Na marcha de regresso, o exército português ainda foi atacado pelos homens do infante D. João, filho de Inês de Castro e meio-irmão de D. João I, agora aliado do rei de Castela.

Um casamento e 47 mulas com ouro

Apesar das tensões, a retirada dos dois exércitos acabou por amenizar a situação. Em junho, depois de passarem por Almeida, Nuno Álvares Pereira desmobilizou os seus homens e rumou sozinho para Évora. Lencastre e D. João seguiram para Trancoso. Aí, na vila muralhada, o duque instalou-se com a família e enviou emissários a contactar João de Castela, para iniciar o processo de negociações de paz. D. João I, cumprindo uma promessa que fizera, partiu para fazer uma romagem a pé até Santa Maria de Oliveira, em Guimarães.

Recomposto da derrota, o duque de Lencastre recebeu, ainda em Trancoso, no verão de 1387, os legados de João de Castela. A primeira alínea do acordo de paz era a renúncia, por Gante e Constança, a qualquer intenção de reclamar o trono de Leão e Castela e o compromisso de entregar todas as possessões conquistadas na Galiza. Outra das exigências era a velha proposta apresentada em Ourense, um ano antes: o casamento da infanta Dona Catarina com o príncipe herdeiro de Castela, o infante D. Henrique. Com o Tratado de Trancoso, João de Castela conseguia unir a linhagem de Trastámara à velha dinastia de Borgonha, representada por Catarina. Como contrapartida, Gante exigiu que várias cidades e respetivas rendas fossem doadas à filha, bem como uma enorme quantia de dinheiro para ele e Constança: 600 mil francos de ouro de uma vez, e 40 mil francos anuais até à sua morte.

As últimas semanas do duque de Lencastre em Portugal, entre setembro e outubro de 1387, estão envoltas em alguma polémica. As crónicas referem uma tentativa de envenenamento do

Outra representação do casamento de D. João I, longamente festejado no Porto

duque, por um castelhano, mas o tema mais delicado é levantado por Ayala, que apresenta várias razões para uma separação amarga entre D. João I e João de Gante (questões de pagamento de soldos, questionamento pelo duque da legitimidade do casamento da filha, mais velha, etc.). Fernão Lopes dá outra visão, procurando, esclarecer (ou reescrever) a memória dos acontecimentos e dos seus protagonistas. Num capítulo em que dá resposta a algumas razões que um historiador pôs em sua crónica, direcionado sem dúvida alguma para o texto de Ayala, Lopes nega ter existido qualquer tipo de tensão entre João de Gante e D. João I. É desse capítulo a célebre e redundante expressão do cronista de Avis: isto não somente é falso e de todo contra a verdade, mas ainda é clara mentira.

Em outubro de 1387, Gante partiu para o Porto, onde embarcou para Bayonne, na Bretanha. Foi aí, em agosto do ano seguinte, que o Tratado de Trancoso foi revisto e ratificado. Então, o duque de Lencastre entregou a



Et fait mention comment le roy Jehan de portingal espousa phelipe de landcastre fille au duc Jehan de landcastre sollempnelement en la cite de port en portingal. Chapitre. xxxiii.

João de Castela a coroa que o sobrinho lhe dera e que usara em Santiago de Compostela. Foi também então que recebeu o primeiro pagamento castelhano, transportado em 47 mulas carregadas de ouro. João de Gante e João de Castela nunca se encontraram pessoalmente.

O legado de Lencastre

João de Gante haveria de regressar da Aquitânia a Inglaterra em 1389, chamado à corte num momento particularmente difícil do reinado de Ricardo II, com duas facções a disputar o poder. Por um lado, um grupo de jovens aristocratas, entre os quais Robert de Vere, bajuladores do jovem Ricardo, exerciam grande influência política junto da coroa (Walsingham chega a referir que De Vere mantinha uma relação homossexual com Ricardo). Por outro lado, uma facção mais conservadora da velha nobreza procurou dominar o poder. O grupo conservador, liderado por Tomás de Woodstock, irmão mais novo de Gante, acabaria por se impor, pro-

curando moralizar a corte. Robert de Vere fugiu para a Flandres, onde morreu, em 1392. Entretanto, a trégua com França estava a expirar, e o espectro da guerra voltava a pairar sobre os ingleses. Foi nesse contexto que o duque de Lencastre foi chamado à corte, para sanar a situação.

Gante exercia um poder muito forte junto do rei, e a sua presença em Londres, nesta fase, teve o efeito pretendido. Ricardo concentrou-se na defesa dos interesses de Inglaterra, nomeadamente nas negociações de paz com a França. Em 1390 acabou por nomear o tio como duque da Aquitânia e, no ano seguinte, seria o próprio Parlamento a indicar o duque como embaixador da paz junto de França. O processo acabaria por ser um sucesso: Gante conseguiu uma renovação das tréguas logo em 1392. No âmbito do protocolo, foi exposta a necessidade de os reinos católicos se unirem para travar as investidas cada vez mais intensas do Império Otomano, nas costas do Mar Negro. Como estados fulcrais, França e Ingla-

terra deram as mãos, juntamente com a Escócia, a Hungria, o Sacro Império e as repúblicas italianas, e prepararam uma cruzada contra os Otomanos. O confronto acabaria por redundar na Batalha de Nicópolis, em 1396, com uma derrota estrondosa para a coligação cristã.

Ainda antes da derrota de Nicópolis, o comportamento de Ricardo II recomençara a dar novos indícios preocupantes. Em 1395, mandou trasladar para Inglaterra o cadáver embalsamado de Robert de Vere, que morreria na Flandres três anos antes. O corpo de De Vere foi velado em Londres em câmara ardente, numa urna aberta, para que Ricardo pudesse beijar a face do morto, em frente àqueles que, anos antes, o haviam perseguido. No ano seguinte, o rei começou a perseguir e prender os lordes que se haviam imposto anteriormente. Em 1397, o arcebispo de Cantuária foi condenado ao exílio e o seu irmão executado. Ainda nesse mesmo ano, o próprio tio, Tomás de Woodstock foi detido e executado.





Henrique de Bolingbroke, filho de Gante, foi expulso do reino em 1398.

Neste contexto, João de Gante, que após a morte de Constança, em 1394, ainda casara novamente, desta vez com a sua eterna amante, Katherine Swynford, irmã de Chaucer, manteve-se sempre em Inglaterra, próximo de Ricardo II. O seu objetivo seria assegurar a paz a qualquer custo, ou apenas uma questão de lealdade para com aquele que, para todos os efeitos era o rei de Inglaterra e seu sobrinho? Estaria cansado das disputas internas? Aguardaria um momento mais oportuno para poder regressar aos palcos do poder?

Na realidade, Gante estava doente. Em 1398, a 3 de fevereiro, mandou ditar e selar o seu longo testamento. Morreu exatamente um ano depois. Tinha 58 anos. De acordo com a sua vontade expressa, o seu corpo foi velado na Catedral de São Paulo durante 40 dias. Expondo, como anteriormente já mandara fazer o seu irmão Eduardo, o Príncipe Negro, a decomposição da carne, como símbolo, a recordar aos vivos a sua inexorável decadência. Após o longo velório, foi sepultado no túmulo

João de Gante

recebe carta pela mão do mensageiro de D. João I,

com duplo jacente que mandara construir na Catedral de São Paulo, 25 anos antes, para a primeira mulher, a duquesa Branca de Lencastre.

Após os funerais do duque, as tensões políticas em Inglaterra precipitaram-se. Ricardo confiscou todas as propriedades que Henrique de Bolingbroke herdara. Como referimos, o filho de Gante estava exilado. Não pudera acompanhar o pai, nos últimos dias de vida, nem sequer assistir às cerimónias fúnebres. Reagindo à afronta de Ricardo II, Henrique reuniu um pequeno exército e outros apoios, entre os quais o do destituído arcebispo de Cantuária, e desembarcou em Inglaterra. Em poucos meses, Bolingbroke prendia Ricardo II. Em outubro de 1399, o filho mais velho de João de Gante era coroado como Henrique IV, rei de Inglaterra. Detido na Torre de Londres, Ricardo II acabaria por morrer, muito provavelmente de fome, quatro meses depois.

Em Castela, o legado de Gante foi a descendência, por via de Catarina, na linhagem dos Trastámaras. Os descendentes em Leão e Castela, João II e Henrique IV deram corpo a mais uma dinastia doente e incapaz. Os Trastámaras seriam substituídos pelos Reis Católicos e a sua contrastante férrea vontade Na Galiza, onde Gante fora, de facto, rei durante cerca de 10 meses, a situação não foi mais animadora. Após uma campanha muito breve de D. João I de Portugal sobre Tui, em 1390, a Galiza foi sendo paulatinamente perdendo o interesse dos poderes centrais.

Em Portugal, o legado de Lencastre, protagonizado pelos filhos de Dona Filipa e de D. João I, também está envolto em algum conflito e disputa pelo poder. Recordemos, por exemplo, a questão do infante D. Pedro na luta pela regência e a sua derrota em Alfarrobeira. Todavia, mesmo considerando o reinado curto de D. Duarte, os príncipes de Avis, de um modo geral, parecem ter representado não a decadência da dinastia – como ocorreu em Inglaterra e em Castela com os herdeiros de Gante – mas o começo de uma nova conjuntura. Conjuntura que viria a moldar o mundo de um modo irreversível. Referimo-nos à expansão ultramarina, o legado mais evocado da chamada *Íncita Geração*, descendente direta de João de Gante.